UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM POLÍTICA PÚBLICAS

MARINA CRISTINA DOS SANTOS BRUM

Entre canos e remendos: Infraestruturas, gênero e desigualdade no abastecimento de água nas periferias de Porto Alegre

Porto Alegre
2025

Marina Cristina dos Santos Brum

Entre canos e remendos: Infraestruturas, gênero e desigualdade no abastecimento de água nas periferias de Porto Alegre

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Políticas Públicas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel (a) em Políticas Públicas.

Orientador(a): Prof.ª Dr.ª Alexandre Almeida de Magalhães

Porto Alegre
2025

Ficha Catalográfica

CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos Brum, Marina Cristina
Entre canos e remendos: Infraestruturas, gênero e desigualdade no abastecimento de água nas periferias de Porto Alegre / Marina Cristina dos Santos Brum. -- 2025.
76 f.
Orientador: Alexandre Almeida de Magalhães.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Políticas Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2025.

1. Infraestruturas. 2. Gênero. 3. Periferia. I. de Magalhães, Alexandre Almeida, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Marina Cristina dos Santos Brum

Entre canos e remendos: Infraestruturas, gênero e desigualdade no abastecimento de água nas periferias de Porto Alegre

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel (a) e aprovado em sua forma final pelo Curso de Políticas Públicas, obtendo conceito **A.**

Porto Alegre, 17 de janeiro de 2025.

_____
Prof.Dr. Matheus Mazzilli Pereira
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

_____
Prof. Dr. Alexandre Almeida de Magalhães
Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____
Prof. Dr. Matheus Mazzilli Pereira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____
Juliano Lobato Colla
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este trabalho é dedicado a minha mãe (I.M) que podou suas asas para que meu irmão e eu pudéssemos voar. Estamos cada vez mais longe e mais perto daquilo que sonhamos juntos, mãe.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por ter sempre lutado tanto para que eu e meu irmão continuássemos a estudar, mesmo tendo tão pouco. Sua dedicação incansável e sua crença de que o estudo muda a vida de toda pessoa pobre e de periferia foram faróis que iluminaram nosso caminho. Mesmo após sua partida, continuamos estudando, tentando fazer tudo aquilo que sonhávamos em fazer e contávamos nas nossas conversas durante os cafés da manhã antes de irmos para a rua e durante os intervalos das novelas antes de dormir. Seu ensinamento de que o conhecimento é nossa maior ferramenta de transformação social é o que nos faz levantar e encarar a vida todos os dias.

Ao meu pai, por nunca ter deixado que nos faltasse o essencial. Obrigada por garantir que nunca passássemos frio nem fome, por ser um porto seguro e por sua presença silenciosa, mas cheia de atenção e cuidado.

Ao meu irmão, meu grande parceiro de vida. A razão pela qual acredito na bondade humana. Ele é um poço de afeto, carinho e trocas que dão sentido à minha existência. Ter sua companhia nesta jornada é um presente imensurável do qual não me imagino sem.

Ao meu companheiro Luiz, por ser o melhor parceiro que eu poderia ter. Por sempre acreditar em mim, mesmo quando eu mesma duvidava. Por me dar amor, força e incentivo para seguir em frente, mostrando que o caminho pode ser mais leve quando temos alguém que acredita em nós ao nosso lado.

Às gurias do meu coletivo de juventude, que, nas lutas nas ruas e nos espaços institucionais, são um refúgio de afeto e carinho. Com vocês, reafirmo minha esperança e meu compromisso com a peleja na busca da sociedade que sonhamos.

Especialmente à Camila, Naira e Carolina, irmãs que a vida me deu, por estarem sempre por perto para tornar tudo menos difícil. Por ressignificarem o amor e a construção de laços para mim. Obrigada por cada gesto de apoio, cada conversa e cada partilha.

Ao grupo de pesquisa que integrei desde 2022, com Alexandre e Akim, por todas as trocas que me fizeram aprender a ser pesquisadora. Vocês me mostraram a importância de estar cercada por mentes que compartilham (e contestam) valores e que compreendem as subjetividades de cada realidade. Nossa convivência me fez crescer e aprender mais sobre mim mesma.

À Divisão de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública da União, especialmente a Roberto, Juliana e Lui, por quase dois anos de aprendizados intensos. Entre atendimentos e situações muito delicadas, encontrei parceria, afeto e um senso profundo de compromisso com o outro, foram aprendizados que lapidaram a pessoa que sou hoje.

Ao Colégio de Aplicação, por ter sido o espaço que abriu portas para que hoje eu pudesse estar na UFRGS. Às Universidades e instituições públicas, gratuitas e de qualidade, que são fundamentais na construção de oportunidades. À Lei de Cotas, sem a qual muitos de nós jamais teríamos chegado até aqui.

Ao professor Alexandre, meu orientador, que se tornou muito mais que um guia acadêmico. Além de um grande professor, tornou-se um grande amigo. Obrigada por cada incentivo, por cada conversa e por acreditar no meu trabalho.

Agradeço especialmente às mulheres que confiaram na nossa pesquisa e trouxeram seus relatos e contaram atravessamentos de suas vidas para nós, espero que este trabalho consiga contar um pouco de suas histórias e mostrar como vocês são importantes para a manutenção e reprodução da vida dentro de suas famílias e para a própria existência da comunidade.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada, meu mais profundo agradecimento.

Aí, maloqueira!
Levanta essa cabeça (vem)
Enxuga essas lágrimas, certo? (É você memo)
Respira fundo
E volta a correr (vai)
Cê vai sair dessa prisão (aham)
Cê vai atrás desse diploma
Com a fúria da beleza do Sol, entendeu? (É isso)
Faz isso por nós
Faz essa por nós (vai)
Te vejo no pódio

AmarElo (Emicida)

RESUMO

Este trabalho se insere na pesquisa *"As veias conflituosas da cidade: infraestruturas e mobilidades das águas urbanas em Porto Alegre desde a perspectiva das periferias"*. Meu objetivo consiste em entender, do ponto de vista das mulheres, o modo como se gere a precariedade infraestrutural do sistema de abastecimento de água onde se situa a Vila Colina - no bairro Jardim Carvalho, Zona Leste de Porto Alegre - e os (micro)conflitos decorrentes desta configuração que permeiam a vida intrafamiliar e as relações entre vizinhos. Nos últimos anos, os moradores dessa região têm lidado com a falta e/ou intermitência de água, principalmente no verão. Entretanto, recentemente, eles e elas têm enfrentado tal situação também durante o inverno. Diante disso, moradoras/es são impelidas/os a improvisar soluções para atender às suas necessidades básicas relacionadas à água. Este quadro tende a produzir (micro)conflitos quando famílias e vizinhos disputam a pouca água disponível, o que molda as dinâmicas de convivência local. Nessa configuração, tomarei a experiência das mulheres como partida para compreender como se estabelecem esses microconflitos, entendendo-as como figuras centrais na gestão cotidiana da precariedade. Muitas vezes, elas assumem a liderança na resolução de disputas relacionadas à água, seja coordenando em suas casas os horários possíveis de uso ou encontrando formas criativas de distribuição, o que faz com que desempenhem um papel vital na manutenção dos laços intrafamiliares e comunitários. Compreender tais dinâmicas sociopolíticas e infraestruturais a partir da perspectiva das mulheres lança luz sobre o modo como a produção de territorialidades específicas e da cidade como um todo é atravessada por uma lógica generificada. Os dados que fundamentam essa discussão foram produzidos a partir do que chamamos de "caminhadas (re)conhecimento", bem como conversas informais, entrevistas não dirigidas e participação em reuniões para organização de formas de mobilização.

Palavras-chave: Infraestruturas; Gênero; Periferia.

RESUMEN

Este trabajo se inscribe en la investigación "Las venas conflictivas de la ciudad: infraestructuras y movilidades de las aguas urbanas en Porto Alegre desde la perspectiva de las periferias". Mi objetivo es comprender, desde el punto de vista de las mujeres, cómo se gestiona la precariedad infraestructural del sistema de abastecimiento de agua en la Vila Colina - en el barrio Jardim Carvalho, Zona Este de Porto Alegre - y los (micro)conflictos que surgen de esta situación y que afectan la vida intrafamiliar y las relaciones entre vecinos. En los últimos años, los habitantes de esta región han enfrentado la falta y/o intermitencia del agua, especialmente en verano. Sin embargo, recientemente, esta situación también ha ocurrido en invierno. Ante ello, los y las residentes se ven obligados/as a improvisar soluciones para satisfacer sus necesidades básicas relacionadas con el agua. Este escenario tiende a generar (micro)conflictos cuando las familias y los vecinos compiten por la escasa agua disponible, lo que moldea las dinámicas de convivencia local. En este contexto, tomaré la experiencia de las mujeres como punto de partida para comprender cómo se establecen estos microconflictos, considerándolas figuras centrales en la gestión cotidiana de la precariedad. Muchas veces, ellas asumen el liderazgo en la resolución de disputas relacionadas con el agua, ya sea coordinando los horarios de uso en sus hogares o encontrando formas creativas de distribución, lo que les otorga un papel vital en el mantenimiento de los lazos intrafamiliares y comunitarios. Comprender estas dinámicas sociopolíticas e infraestructurales desde la perspectiva de las mujeres arroja luz sobre cómo la producción de territorialidades específicas y de la ciudad en su conjunto está atravesada por una lógica de género. Los datos que sustentan esta discusión fueron producidos a partir de lo que llamamos "caminatas de (re)conocimiento", así como conversaciones informales, entrevistas no dirigidas y participación en reuniones para la organización de formas de movilización.

Palabras clave: Infraestructuras; Género; Periferia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **11**

1.1 METODOLOGIA **14**

2. REFERENCIAL TEÓRICO **16**

3 ENTENDENDO O PROBLEMA **19**

3.1 A periferia está no planejamento urbano? **24**

4.PENSAR A ÁGUA E O TERRITÓRIO ATRAVÉS DE SUAS REDE **28**

5. O papel de gênero sob as infraestruturas de água no território **32**

5.1. Outro arranjo do mesmo problema **58**

6. CONCLUSÃO **70**

7.REFERÊNCIAS **73**

1. INTRODUÇÃO

A realização deste trabalho só foi possível graças a pesquisa que desenvolvi junto ao Projeto de pesquisa: *"As veias conflituosas da cidade: infraestruturas e mobilidades das águas urbanas em Porto Alegre desde a perspectiva das periferias"* coordenado pelo professor Alexandre A. Magalhães do Departamento de Sociologia da UFRGS.

Este projeto tem como interesse levantar dados e refletir sobre a natureza e efeitos políticos e sociais dos conflitos que ocorrem em torno da produção, distribuição e acesso à infraestruturas relacionadas à oferta de água nas regiões do Morro Santana e Colina do Prado, periferias da Zona Leste da cidade de Porto Alegre, tendo em vista como eles permitem compreender as lógicas mais amplas de produção da cidade. Participo dessa pesquisa desde o ano de 2022, onde busquei o Professor Alexandre para demonstrar meu interesse em ser pesquisadora deste projeto, pois sou moradora de um dos territórios em que a pesquisa foi desenvolvida, a Vila Colina do Prado. E foi assim que unimos a minha relação com a vila que eu nasci com as reflexões que surgiram através da análise e efeitos da disputa e da produção de infraestruturas de água no território.

Em 2023 participei do Salão de Iniciação Científica da UFRGS, onde se fez necessário realizar um recorte da pesquisa para a apresentação de um trabalho. Considerando a minha relação com o projeto e como ele também tornou possível entender mais sobre a relação da minha própria família com a escassez e o excesso de água, decidi fazer um recorte de gênero para demonstrar como na maioria dos lares da periferia quem coordena os usos e busca estratégias para armazenar, distribuir e conseguir água são as mulheres, sejam as mães, avós, tias, irmãs ou primas. Essa divisão de gênero está presente tanto na casa da minha vizinha na comunidade, como das minhas conhecidas e principalmente esteve presente na minha: durante toda a vida da minha mãe era ela quem buscava armazenar água em garrafas pet no pátio, baldes, bacias, controlava os usos da caixa d'água, da máquina de lavar, limpava as valetas de esgoto da rua, controlava o uso da descarga do banheiro e até realizava reparos nos canos de água - isso tudo sendo necessário pois vivíamos - e muitas ainda vivem - em uma realidade de escassez de água proveniente pela rede formal de abastecimento a qual não contempla e não acompanha a expansão das novas moradias do território ao longo dos anos.

Mesmo assim, o acesso a água no território se dá através de múltiplas infraestruturas, temos o encontro da rede formal de água com canos, registros, boca de lobo, caminhão pipa - proveniente do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) com a rede informal que se utiliza de mangueiras de borracha, motores, caixas de água - proveniente da ação dos

moradores- para levar água para as casas que ficam nas partes mais altas do morro e para aquelas que não têm acesso a rede formal.

Através da conexão dessas duas redes presentes na Vila Colina, território da pesquisa, foi possível analisar as dinâmicas sociais, espaciais e políticas que emergem dessa situação de escassez, colocando em foco a gestão comunitária generificada e familiar da precariedade do abastecimento de água.

Foi possível observar como essa atuação das mulheres nas suas casas e na comunidade - uma vez que elas assumem a liderança na gestão da precariedade cotidiana, coordenando os horários de uso da água, encontrando formas criativas de distribuição e resolvendo disputas que ocorrem pelo acesso a água - se torna central na manutenção dos laços familiares e comunitários, exercendo, de forma implícita ou explícita, uma lógica do cuidado que sustenta a convivência e a sobrevivência nas periferias. Essa lógica do cuidado com o trabalho doméstico não remunerado reforça a reprodução das desigualdades de gênero, classe e raça, uma vez que as atividades como garantir o acesso e cuidar dos usos da água afeta a maioria das tarefas domésticas, que são desempenhadas frequentemente por mulheres sem qualquer retorno financeiro.

Além disso, a ausência de saneamento básico adequado expõe essas mulheres e suas famílias, especialmente os filhos, ao contato direto com esgoto e ao risco de doenças e infecções, agravando a precariedade das condições de vida. Nesse contexto, as mulheres, além de enfrentarem a sobrecarga do trabalho de cuidado, são também as principais responsáveis por buscar soluções para mitigar os impactos da falta de infraestrutura, desempenhando um papel central na proteção e no cuidado das crianças e demais membros da família, mesmo sob condições extremamente adversas.

Estudos como os de Hora et al. (2012) mostram que a ausência de saneamento básico e de ações voltadas para a melhoria do acesso à água em regiões periféricas urbanas afeta desproporcionalmente as mulheres, reforçando ciclos de vulnerabilidade e exclusão social.

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar as dinâmicas de acesso e gestão das infraestruturas essenciais nas Vila Colina, com foco nas experiências e práticas das mulheres que, em meio à precariedade e à necropolítica, lutam pelo direito à cidade e pela melhoria das condições de vida em suas comunidades. Para isso, será analisado (i) como as mulheres desenvolvem estratégias para coordenar o uso e a distribuição de água, buscando compreender as táticas empregadas para garantir o abastecimento em um contexto de escassez e precariedade, (ii) a discussão sobre o papel das infraestruturas urbanas, especialmente no que se refere à distribuição de água, nas dinâmicas de poder e exclusão social. Com isso, busca-se compreender como a presença ou ausência de infraestrutura reflete e reforça as desigualdades socioespaciais, impactando diretamente os direitos das comunidades periféricas, (iii) mapear as infraestruturas de água existentes no território, avaliando sua funcionalidade, abrangência e limitações, e (iv) examinar como a lógica do cuidado desempenhado pelas mulheres no cotidiano contribui para a produção da cidade.

Esse aspecto busca evidenciar como o trabalho de cuidado, frequentemente invisível e desvalorizado, é central na articulação entre os direitos à cidade, a organização comunitária e a produção da vida coletiva, destacando o protagonismo feminino na transformação das realidades locais.

Essa pesquisa se justifica pela urgência de analisar como a gestão cotidiana e comunitária da precariedade no abastecimento de água em periferias, como na Vila Colina, protagonizada pelas mulheres, expõe e reforça desigualdades estruturais de gênero, classe e raça. Ao mesmo tempo, revelam estratégias de resistência e organização que não apenas desafiam essas desigualdades, mas também articulam o direito à cidade com a luta por condições mais dignas de vida em contextos de exclusão socioespacial e falta de infraestrutura básica.

1.1 METODOLOGIA

Minha jornada nesta pesquisa começou a partir do momento que tive acesso a projeto de pesquisa do professor Alexandre Magalhães, que é desenvolvido na comunidade em que moro, a Vila Colina do Prado. A metodologia da pesquisa foi -e ainda é- predominantemente qualitativa, com um caráter exploratório, visando compreender as experiências, percepções e práticas das mulheres na Vila Colina, no bairro Jardim Carvalho, em relação à gestão da precariedade infraestrutural do sistema de abastecimento de água. Desta forma, a metodologia do trabalho está dividida em quatro etapas, sendo elas (i) caminhadas no território, (ii) entrevistas não dirigidas (iii) observação participante e (iv) análise documental.

Neste contexto, desenvolvemos roteiros de caminhada na comunidade para que o Alexandre e o nosso outro pesquisador, Akin, pudessem conhecer o território e compreender como se estruturam as infraestruturas relacionadas à oferta de água no espaço. Chamamos estas caminhadas de *"caminhadas de (re)conhecimento"*.

Quando caminhávamos pela comunidade, muitas vezes a nossa presença observando registros, canos e caixas d'água chamavam a atenção de alguns moradores. Neste momento eles nos abordavam - ou nós o faziamos- para perguntar o que estávamos fazendo e qual era nosso interesse ali, frequentemente eles esperavam que fossemos do posto de saúde ou da Prefeitura. Nesses encontros no cotidiano da pesquisa fomos descobrindo que alguns moradores ficavam de 5 a 7 dias, e até duas semanas sem água em suas casas. A realidade era ainda pior para aquelas moradoras que não têm acesso à água através da rede do DMAE, pois se utilizam de infraestruturas informais para conseguir levar água para suas casas.

Durante os dois anos de pesquisa, registrei o que via, sentia e pensava em diários de campo, como moradora da Colina. Para a coleta de dados através de entrevistas tive como minhas interlocutoras mulheres que eu conheço e moram na comunidade também há mais de 30 anos. Para garantir o sigilo delas, foram utilizados nomes fictícios neste trabalho.

Apesar das diferenças no tempo de moradia, todas compartilhavam a mesma dificuldade: a falta de acesso regular e adequado à água. Em comum, também estava o papel central que desempenham na gestão da água em suas casas.

Essas mulheres, independentemente do histórico de residência na comunidade, organizavam os recursos hídricos disponíveis, articulavam soluções e assumiam a responsabilidade de garantir o mínimo necessário para suas famílias, reforçando essa divisão de gênero no cotidiano de suas casas e comunidade.

As entrevistas proporcionaram uma maior compreensão das dinâmicas de convivência e dos conflitos que emergem nas relações intrafamiliares e entre vizinhos pela disputa da água.

A análise dos dados produzidos buscou identificar categorias e temas recorrentes que emergem das falas das participantes. Além disso, considerou o contexto social, econômico e político da Vila Colina, relacionando as experiências das mulheres com conceitos como infraestrutura, trabalho do cuidado, precariedade e direito à cidade.

Parafraseando Parreiras (2021), busquei produzir conhecimento atento às experiências e posicionalidades vividas, partindo do entendimento de que quanto mais se entrelaça com os processos sobre os quais se deseja aprender, maior será a profundidade do saber construído.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho está alicerçado em conceitos fundamentais para a análise das dinâmicas urbanas, sociais e políticas que influenciam a vida nas periferias.

Miguel (apud Star e Ruhleder, 1996, p. 113) afirma que, ao se perguntarem "o que é uma infraestrutura?", os autores concluíram que as "infraestruturas são fundamentalmente relações e não uma coisa". Segundo Miguel, as infraestruturas representam articulações de materialidades com atores institucionais, regimes legais, políticas e práticas de conhecimento, que estão em constante formação através do espaço e do tempo. O estudo das infraestruturas busca compreender as relações que as configuram, destacando a heterogeneidade de atores, os diferentes pontos de vista e interesses articulados nas dinâmicas infraestruturais.

> Graham e McFarlane (2014) sugerem que as infraestruturas não devem ser tomadas como coisas ou sistemas, mas como processos que engendram determinadas formas de viver (n)a cidade. Segundo os autores, "elas não podem ser objeto de análise linear, calcada em uma teleologia de natureza material, mas sim como conjuntos de processos sociomateriais em constante mutação" (JULIA O'DONNELL, 2014, p. 14.

Conforme Larkin (2020, p. 30), infraestruturas são descritas como "matérias que possibilitam o movimento de outras matérias". Sua ontologia é peculiar, pois se configuram tanto como objetos físicos quanto como relações estabelecidas entre esses objetos. Para Nogueira (2022), as infraestruturas atuam como mediadoras no processo de produção das cidades, ao evidenciar que o acesso a serviços básicos como água, esgotamento sanitário, eletricidade, coleta de resíduos e pavimentação são essenciais para o desenvolvimento e a constante transformação da vida urbana através das interações cotidianas.

A falta ou precariedade dessas infraestruturas afeta diretamente a sobrevivência das populações marginalizadas, agravando a segregação socioespacial e dificultando o acesso a direitos fundamentais, como o fornecimento adequado de água. Como argumentam Pierobon (2021) e Nogueira (2022), no contexto das Vila Colina, essa perspectiva analítica revela que o acesso à água não está garantido para os pobres urbanos. Pelo contrário, ele é constantemente alvo de disputas e exige um esforço físico, social e político por parte dos indivíduos e dos coletivos a que pertencem. Nesse cenário, as mulheres desempenham um papel central na gestão e produção da vida urbana, liderando muitos dos movimentos que questionam a falta de acesso e, em muitos casos, acabam garantindo o mínimo necessário dessa infraestrutura.

Essa desigualdade na distribuição das infraestruturas pode ser compreendida sob o prisma da necropolítica, conceito de Achille Mbembe (2018). A infraestrutura precária funciona como uma ferramenta de controle da vida nas periferias, onde o acesso irregular à

água torna-se um mecanismo de gestão populacional. Para Mbembe (2018), a necropolítica “submete a vida ao poder da morte” (p. 12), evidenciando como as populações das periferias são expostas a situações de vulnerabilidade extrema. A precariedade da infraestrutura revela quem tem o direito de viver em condições dignas e quem é deixado à sua própria sorte, criando um cenário em que a sobrevivência é constantemente ameaçada. Assim, a análise das infraestruturas de água nas Vila Colina pode ser interpretada como parte de uma lógica necropolítica que restringe o acesso a recursos específicos e expõe certas populações a condições indignas de vida.

A precariedade, conforme definido por Judith Butler (2015), surge como uma condição estrutural imposta às populações vulneráveis. Butler afirma que a precariedade “é o estado em que a vida é colocada em risco continuamente” (Butler, 2015, p. 20), uma ideia que se alinha à experiência das mulheres nas Vila Colina. A intermitência da água não apenas agrava as dificuldades materiais, mas intensifica o estado de precariedade social, pois as mulheres, responsáveis pela gestão diária desse recurso escasso, se veem forçadas a lidar com os impactos dessa vulnerabilidade sobre suas famílias e suas comunidades. A precariedade estrutural e a necropolítica se conectam, criando um ciclo em que a deficiência de infraestrutura é tanto causa quanto consequência de uma vida precária. Nessas situações, o trabalho do cuidado, conceito abordado por autoras como Angela Davis (2016) e Joan Tronto (2013), assume centralidade. Para Tronto (2013), o cuidado é “uma atividade que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar o nosso 'mundo'" (p. 125). No contexto das periferias, esse trabalho não se limita ao cuidado doméstico; ele também abrange a gestão comunitária e a criação de redes de solidariedade para garantir a sobrevivência. Na Vila Colina, o trabalho do cuidado é realizado pelas mulheres transcende a vida privada, organizando a distribuição de água e fortalecendo laços comunitários que desafiam a precariedade imposta pela lógica da necropolítica.

Assim, o cuidado é tanto uma prática de resistência quanto um mecanismo de reprodução da vida. Essas práticas de cuidado também são fundamentais para a produção da cidade, conforme proposto por Flávio Villaça (2012). Para Villaça, a cidade é moldada pelas interações cotidianas de seus habitantes, que, mesmo em condições de precariedade, encontram formas de produzir o espaço urbano. Na Vila Colina, as mulheres, ao organizarem a gestão comunitária da água, exemplificam como "a produção do espaço urbano não ocorre apenas pela ação do Estado ou do mercado, mas também pelas práticas informais da população" (Villaça, 2012, p. 65). Através do trabalho de cuidado e da articulação de redes

comunitárias, essas mulheres reconfiguraram os territórios urbanos de forma a torná-los mais habitáveis, ainda que estejam à margem das políticas públicas de infraestrutura.

3. ENTENDENDO O PROBLEMA

O saneamento é inegavelmente uma das maiores questões da atualidade dada sua defasagem na cobertura e atendimento, ainda que seja um serviço essencial. Seria inconcebível, se não fosse a realidade do país, o fato de que milhões de brasileiros ainda não possuem acesso à água potável para satisfação de suas necessidades básicas, e muitos mais ainda não possuem coleta e tratamento de esgoto em suas residências.

No Brasil, o acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito fundamental reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2010. Apesar disso, os números revelam uma realidade crítica: cerca de 97 milhões de pessoas, ou 45,6% da população, não têm acesso a serviços públicos de esgotamento sanitário, e metade de todo o esgoto gerado no país é despejado na natureza sem qualquer tratamento adequado (UNICEF, 2022). Esse problema é mais acentuado nas áreas rurais e nas periferias urbanas, onde a infraestrutura básica é historicamente negligenciada. De acordo com o Plano Nacional de Saneamento Rural (PNSR), apenas 21% dos habitantes das zonas rurais têm o esgoto destinado de forma adequada. Além disso, em 2019, o IBGE contabilizou 5,1 milhões de domicílios em comunidades urbanas, evidenciando a exclusão das áreas periféricas dos sistemas formais de saneamento (IBGE, 2019).

O impacto da falta de saneamento é sentido diretamente nas vidas das crianças e adolescentes. Segundo o UNICEF (2022), cerca de 20 milhões de meninas e meninos convivem com esgoto a céu aberto no Brasil, e 3,2 milhões não têm acesso a banheiros em suas residências. Esses dados refletem não apenas uma grave violação de direitos humanos, mas também a perpetuação de condições de vulnerabilidade que afetam, de forma desproporcional, as populações periféricas e marginalizadas.

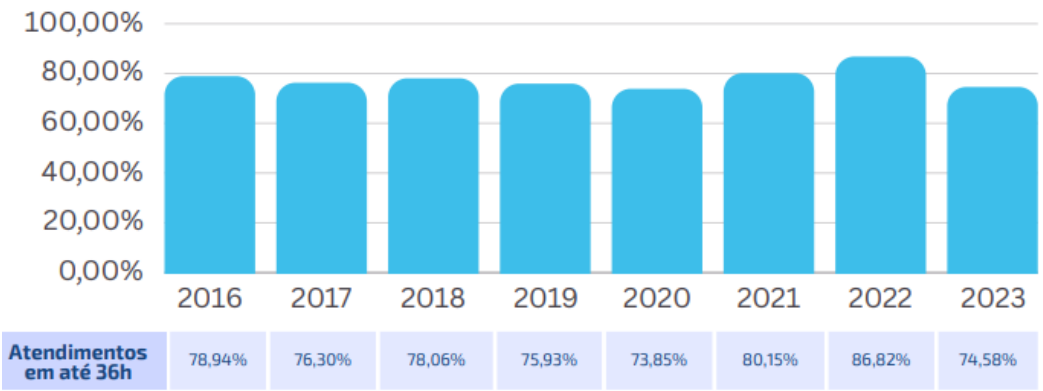
Porto Alegre, em comparação com outras regiões do Brasil, apresenta índices superiores de atendimento de saneamento. Cerca de 99,98% da população é atendida com abastecimento de água, frente à média de 87,74% no estado do Rio Grande do Sul e 84,24% no país (UNICEF, 2022). No entanto, essa aparente universalização esconde as desigualdades internas. Em áreas periféricas como a Vila Colina, localizadas na zona leste de Porto Alegre, as famílias enfrentam a intermitência no fornecimento de água, somada a outras precariedades estruturais que impactam diretamente suas vidas cotidianas.

Em Porto Alegre, quem faz a distribuição e tratamento é o Departamento Municipal de Água e Esgoto. O Departamento, embora não privatizado, ilustra os desafios da gestão da água em um contexto de demandas crescentes e cada vez mais sucateadas da instituição.

Um documento produzido pelo DMAE em 2020 apresenta a porcentagem de serviços atendidos entre 2007 e 2020 através dos protocolos abertos pelo 156, número de atendimento da Prefeitura de Porto Alegre. O tempo de atendimento da solicitação é calculado entre a data da abertura do protocolo e o encerramento da ordem de serviço pela equipe.

Os dados mostram uma tendência de queda na eficiência do atendimento ao longo dos anos. Em 2009, o DMAE alcançou seu melhor índice, com 97,6% dos serviços realizados em até 36 horas, mas, a partir de 2014, houve uma redução mais acentuada, chegando a 83,8% em 2020. Os dados da edição de 2022 mostram uma tendência geral de queda entre 2016 e 2021, com uma leve recuperação em 2022 e uma queda significativa em 2023. Em 2016, o índice de atendimentos em até 36 horas era de 78,94%, caindo para 76,30% em 2017 e subindo ligeiramente para 78,06% em 2018.

A partir de 2019, o índice voltou a cair, atingindo 75,93%, e continuou em queda nos anos seguintes, com 73,85% em 2020 e 80,15% em 2021. Em 2022, o índice teve uma melhora, chegando a 86,82%, mas em 2023 sofreu uma queda brusca para 74,58% com mostra no gráfico abaixo.



Fonte: Dados Gerais DMAE 2023.

Embora as fontes não especifiquem as causas exatas dessa queda, diversos fatores podem ter contribuído para a redução no desempenho. Segundo um artigo do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa) e o Conselho de Representantes Sindicais do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Cores-DMAE) publicado na Revista da Astec (2024), desde 2017, durante a gestão de Nelson Marchezan Júnior, o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), responsável por três dos quatro eixos do saneamento básico – abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana –, vem enfrentando severas

restrições em suas atividades, o que resultou na perda significativa de sua autonomia administrativa, financeira e econômica. Isso impactou diretamente na capacidade técnica e operacional do Departamento para a prestação dos serviços. As consequências da falta de força de trabalho se manifestam de diversas maneiras. Uma das mais evidentes é no atendimento aos serviços, pois a escassez de servidores implica no aumento do tempo necessário para resolver problemas.

O que pode ser uma resposta para essa queda, em 2017, a meta para o atendimento de serviços operacionais, como consertos de vazamentos de água e desobstrução de esgotos, era de 24 horas. Contudo, desde 2018, essa meta passou para 36 horas. O último grande ingresso de servidores nessas funções ocorreu em 2014, ou seja, há dez anos. Além disso, na Gerência de Atendimento ao Cliente (GCLI), foram fechados vários postos de atendimento presencial, e quase todo o atendimento é feito por estagiários ou Cargos em Comissão (CCs), o que compromete a qualidade do serviço devido à alta rotatividade desses profissionais. Segundo o CORES-DMAE, a redução nas equipes do SAC 156 POA também resultou em um aumento no tempo de espera para os usuários que tentam obter atendimento por telefone.

Tal fato demonstra como a cidade e suas instituições públicas municipais têm enfrentado uma série de ataques provenientes das administrações recentes, caracterizados por ações de desmonte, sucateamento e deterioração dos serviços públicos. Essas medidas fazem parte de uma estratégia deliberada e amplamente conhecida, que visa a precarização com o objetivo de viabilizar a privatização.

A lógica neoliberal defende a privatização de serviços públicos, incluindo o saneamento básico, argumentando que a iniciativa privada é mais eficiente na gestão de recursos e na oferta de serviços. Essa visão se baseia na crítica à intervenção estatal, vista como ineficiente, burocrática e lenta. A crença é que a privatização leva a um melhor desempenho na implementação de projetos, obras e serviços, com empresas privadas buscando otimizar seus lucros e, consequentemente, aprimorando a qualidade dos serviços prestados.

Segundo uma matéria publicada pelo jornal Correio do Povo (2023), o discurso adotado pela administração municipal argumenta que, por meio de terceirizações, privatizações, concessões e "parcerias" (termo utilizado para mascarar a transferência de bens e serviços públicos), será possível resolver os problemas da cidade e, ao mesmo tempo, expandir e melhorar os serviços oferecidos à população. Em vez de promover a gestão eficiente, o governo tem optado por entregar o controle da cidade ao mercado, por meio da

concessão de espaços públicos e serviços, além de tentar transferir a responsabilidade pelo saneamento básico para a iniciativa privada.

Dados do CORES-DMAE publicados na Revista da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre (ASTEC) (2024) trazem que na Gerência de Arrecadação (GARE) e na Gerência de Gestão de Consumo (GCON) do DMAE, a grande maioria dos serviços é realizada por meio de terceirizações. Quando surgem problemas com algum contrato, diversas atividades essenciais, como corte de fornecimento, substituição de ramais e hidrômetros, leitura e emissão de contas, inspeções hidrossanitárias, novas ligações, entre outras, deixam de ser realizadas, afetando diretamente a arrecadação e o faturamento da Autarquia.

Um exemplo disso é a terceirização dos serviços de leitura de hidrômetros e emissão de contas, que resultou em um impacto negativo na qualidade do atendimento. Após dez anos de contratos consecutivos, ainda não se alcançou um serviço satisfatório, e em 2023 houve um aumento significativo de reclamações de usuários devido à emissão de contas erradas. Esse problema gerou uma repercussão negativa na mídia, forçando o DMAE a fornecer explicações públicas, o que afetou sua imagem. De acordo com o jornal *Correio do Povo* (2023), em novembro de 2023, após frequentes problemas no serviço prestado pela empresa responsável pela leitura de hidrômetros, impressão e entrega de contas de água, o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) rompeu o contrato. Entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024, não foram realizadas leituras de hidrômetros, sendo as contas geradas com base na média dos meses anteriores.

Além disso, na Gerência de Atendimento ao Cliente (GCLI), foram fechados vários postos de atendimento presencial, e quase todo o atendimento é feito por estagiários ou Cargos em Comissão (CCs), o que compromete a qualidade do serviço devido à alta rotatividade desses profissionais.

Heller (2018) analisa que a onda neoliberal enfraqueceu o papel do Estado na prestação e regulação dos serviços de água e esgotamento sanitário, dificultando sua ação. Na dinâmica entre um Estado que depende de investimentos privados, uma população frequentemente negligenciada pelo poder público e o processo de privatização de uma empresa pública acompanhado pela promessa de melhorias no serviço, a água passa a ser tratada prioritariamente como um recurso econômico. Essa lógica mercantil desconsidera outras dimensões essenciais e compromete o direito à vida, ao dificultar o acesso a um elemento fundamental para a sobrevivência e reprodução de todos os seres vivos, transformando a produção da vida em uma vida precária, conforme definido por Judith Butler

(2015), essa precariedade surge como uma condição estrutural imposta às populações vulneráveis. Butler afirma que a precariedade “é o estado em que a vida é colocada em risco continuamente” (Butler, 2015, p. 20).

Empresas privadas, ao buscar maximizar seus lucros, tendem a concentrar investimentos em áreas com maior retorno financeiro, frequentemente deixando de lado regiões periféricas e comunidades de baixa renda, onde a rentabilidade é menor. A privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), no Rio de Janeiro, evidencia essa problemática, já que os investimentos previstos para as áreas de favelas somam apenas 1,7 bilhão de reais para a expansão do sistema de abastecimento de água e saneamento básico, representando apenas 5,7% do total de investimentos planejados ao longo dos 35 anos de concessão. Além disso, há situações em que o valor pago pela outorga não é reinvestido no setor de água e saneamento, o que agrava ainda mais a desigualdade no acesso a esses serviços essenciais (Ramos e Britto, 2021).

O Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa) e o Conselho de Representantes Sindicais do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Cores-DMAE) (2024) argumentam ainda que a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de 2015, que tinha como objetivo revisar os diagnósticos, as previsões de ações e os investimentos necessários para melhorar os serviços de saneamento, deveria ter sido concluída em 2020. No entanto, o processo foi interrompido e só foi retomado em 2023 pelos técnicos do DMAE. Vale destacar que a revisão também era uma das entregas previstas para a Consultoria contratada pelo BNDES, que tinha o papel de elaborar o modelo para a desestatização do DMAE.

3.1 A PERIFERIA ESTÁ NO PLANEJAMENTO URBANO?

Durante a análise de planos municipais e documentos relacionados ao saneamento básico em Porto Alegre, como a revisão do PMSB, busquei identificar a vila Colina nos registros oficiais. No entanto, ao consultar estas fontes, percebi que, embora a Vila Colina fosse mencionada em alguns documentos, ela não teve muito destaque. Essa busca resultou na identificação de apenas dois documentos: o Plano Municipal de Saneamento Básico de Porto Alegre, nas edições de 2013 e 2015. Em ambos, a Vila Colina do Prado é mencionada de forma breve, limitada a apenas dois parágrafos. Na edição mais antiga, de 2013, ele diz:

> Em 1997/1998 o Dmae executou obras de ampliação na EBAT Jardim Ipê, e implantou o Reservatório Colina do Prado e EBAT Boa Vista – in line, para abastecimento das Vila Colina do Prado e Boa Vista, que até então não tinham abastecimento regular. Também, parte das vilas Altos da Boa Vista e Altos da Colina do Prado estão ocupando áreas irregulares e estão acima das cotas hoje abastecidas. Os moradores utilizam-se de bombeamentos clandestinos a partir da rede regular existente para fornecimento de água. No caso de regularização destas áreas, haverá necessidade de implantação de bombeamento.

Em virtude disso, podemos observar que até a data de instalação daquele reservatório, a Colina e a vila Boa Vista não tinham abastecimento regular, e que somente em caso de regularização das terras é que poderia ser implementado o bombeamento. Além disso, pela quantidade de moradores ocupando uma área verde, excede o número de cotas abastecidas na época. Quando uma área verde é ocupada por um número elevado de pessoas, esse aumento populacional frequentemente ultrapassa a capacidade inicialmente planejada para o abastecimento de água, o que resulta em uma sobrecarga dos sistemas de fornecimento. Nesse caso, o número de moradores pode ter excedido as cotas de abastecimento previstas, criando um desequilíbrio entre a demanda e a oferta de água potável.

Nesse mesmo documento, encontrei um mapa que continha o nome da Vila Colina bem como as especificações da estrutura da caixa d'água. Conforme imagem a seguir:

CÓD.	NOME	LOCAL	POSIÇÃO	SEÇÃO	MATERIAL	VOLUME	COTA FUNDO	HMAX
343	São Caetano VII	R. Fernando Osório	Apoiado	Circular	Metálico	530	250,75	7,75
344	Gutenberg	Av. Senador Tarso Dutra, 3.005	Semienterrado	Retangular	Concreto	6.000	81,2	4,3
347	Vila Brasília I	R. Jarbas Siqueira Pereira, 58	Semienterrado	Circular	Concreto	1.500	102,99	4,62
350	Glorinha II	R. 12	Apoiado	Circular	Metálico	50	154	4,5
351	Carlos Gomes I	R. Alfa, 140	Semienterrado	Circular	Concreto	3.000	101,66	4,4
352	Carlos Gomes III	R. Luiz Volker	Elevado	INTZE	Concreto	200	118,18	4,42
353A	Cota 200	Beco Um Vila São José Comunitária, 1.811	Apoiado	Circular	Metálico	250	201,5	6
353B	Cota 200	Beco 1. V. São José Comunitária, 1.812	Apoiado	Circular	Metálico	530	200	7,5
354	9 Junho CT 157	R. Nove de Junho, 1.360	Semienterrado	Retangular	Concreto	6000	157	4,17
355	Embratel I	Av. Prof. Oscar Pereira, 6.385	Apoiado	Circular	Metálico	50	225,5	4,3
356	Nonoai II	R. Taveira Júnior 623	Apoiado	Circular	Metálico	530	121	7,5
359	Kanazava	Estr. Kanazawa, 901	Apoiado	Circular	Metálico	12	118	1,89
360	Colina do Prado	R. Aristides Rosa, 114	Apoiado	Circular	Metálico	530	114	7,5
362	Pedra Redonda	R. Santuário	Apoiado	Retangular	Concreto	4.400	275,5	4,07

Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Porto Alegre (2013).

Conceição, na sua dissertação de mestrado, propõe um método para a definição de cotas mínimas de água per capita destinadas ao consumo humano. Em sua análise sobre esse tema, ela explica:

> A cota per capita de água é geralmente calculada pelas questões de serviço de saneamento, responsáveis pelo abastecimento, com base em suas características operacionais e nos padrões de consumo de cada região, como sendo o volume total distribuído, medido ou estimado, dividido pela população total servida, em um período de tempo (FUNASA, 1991; Oliveira e Lucas Filho, 2003). De forma geral, é expressa em L/(hab.dia). Nesse trabalho, a unidade usada para indicar a demanda de água de cada um. indivíduo em um dia, nas diferentes atividades domésticas, será L/pessoa/dia.

A pesquisadora destaca que a "cota per capita de água" é regulamentada por normas relacionadas aos serviços de saneamento e fundamentada em dois fatores principais: o volume total de água fornecido e a população atendida. Esse cálculo, que considera tanto a precisão quanto às estimativas, reflete os padrões de consumo ao dividir a quantidade de água distribuída pelo número de habitantes servidos em um período específico.

No documento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Porto Alegre edição de 2015, o trecho que fala da Vila Colina diz o seguinte: "Também parte das vilas Altos da Boa Vista e Altos da Colina do Prado estão ocupando áreas irregulares, o DMAE, em acordo com o Ministério Público, instalou um bombeamento e um reservatório público, de forma a garantir o acesso à água a estas comunidades." (PMPA, 2015, p. 68)

Observa-se a temporalidade da frase, remetendo ao passado onde foi implementado um bombeamento e o reservatório/caixa d'água. Entretanto, observei que o que difere as frases é a implantação de bombeamento, o documento antigo dizia que só seria implantado o

bombeamento em caso de regularização de terras. O mais recente, dizia que foi implementado. Esse ponto gerou um questionamento, já que a Vila Colina tem passado por processos de regularização desde o início de sua ocupação, há mais de 40 anos. Desde lá, os moradores já lidaram com despejo, destruição de suas casas,ausência de realocação para políticas habitacionais e violação ao acesso a direitos fundamentais.

Um exemplo marcante aconteceu em 2017, onde houve uma ação de reintegração de posse, conduzida pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) com apoio da Brigada Militar, na parte mais alta da Colina, que foi justificada pela empresa como necessária para garantir a segurança das famílias, devido à proximidade das casas com cabos de alta tensão. No entanto, a remoção dessas famílias, que residiam no local há anos, foi realizada através do uso de força desproporcional da PM, que guiaram a ação de forma truculenta, que incluiu bombas de gás lacrimogêneo, tiros de borracha e agressões físicas. Uma das moradoras, cuja casa foi destruída por uma retroescavadeira, desabafou ao jornal *Sul 21* : "Eles trataram a população como se a gente fosse cachorro, marginal. Todo mundo é trabalhador, todo mundo tem carteira assinada. Se a gente mora lá é porque a gente não teve outra opção, entendeu?". Ela acrescentou: "A gente nunca teve água, nunca teve luz, nunca teve esgoto. Nunca foi fácil a nossa vida. Agora, com o maior esforço desse mundo, a gente conseguiu uma casinha. Construir, pra eles chegar da noite para o dia e derrubar tudo".

Segundo Magalhães (2018), a experiência particular vivida pelos moradores de favelas em relação aos aparatos estatais ocorre, predominantemente, por meio da destruição. Essa experiência é moldada pela construção contínua desses territórios como espaços de desordem e caos, que demandariam a intervenção do poder estatal para sua regulação e controle.

Um documento sobre regularização de terras chegou a minha casa recentemente, e acredito que possa utilizar de seu conteúdo para ilustrar o histórico de reinvidicações habitacionais da comunidade. Este documento trata de uma ação que tem como uma das partes autoras a minha mãe, é uma ação de usucapião contra a COEMI Construções e Empreendimentos Imobiliários S/A. Essa ação da minha mãe visava garantir a posse do terreno de nossa casa, este documento data que a comunidade já havia entrado com uma ação coletiva para regularização da casa de alguns moradores, totalizando 90 casas. O documento também informa que a própria Associação de Moradores se constituiu em forma de cooperativa habitacional, que é responsável pela "organização das moradias" de mais de 400 famílias para organização das casas em uma ação de tutela coletiva, desde maio de 1994.

Embora o resultado da ação ainda não tenha chegado ao fim, o processo em si representa um exemplo da busca pela regularização fundiária por parte de uma comunidade que ocupa e desenvolve esse território há muitos anos.

4. O TERRITÓRIO

Para compreender a heterogeneidade do acesso a água nessa pesquisa, se faz necessário conhecer o território onde foi produzida: o Morro/Vila Colina do Prado é uma periferia/favela, e está no grande morro que pertence a Zona Leste e Norte de Porto Alegre, bem como uma parte da cidade de Viamão também, que é o Morro Santana.

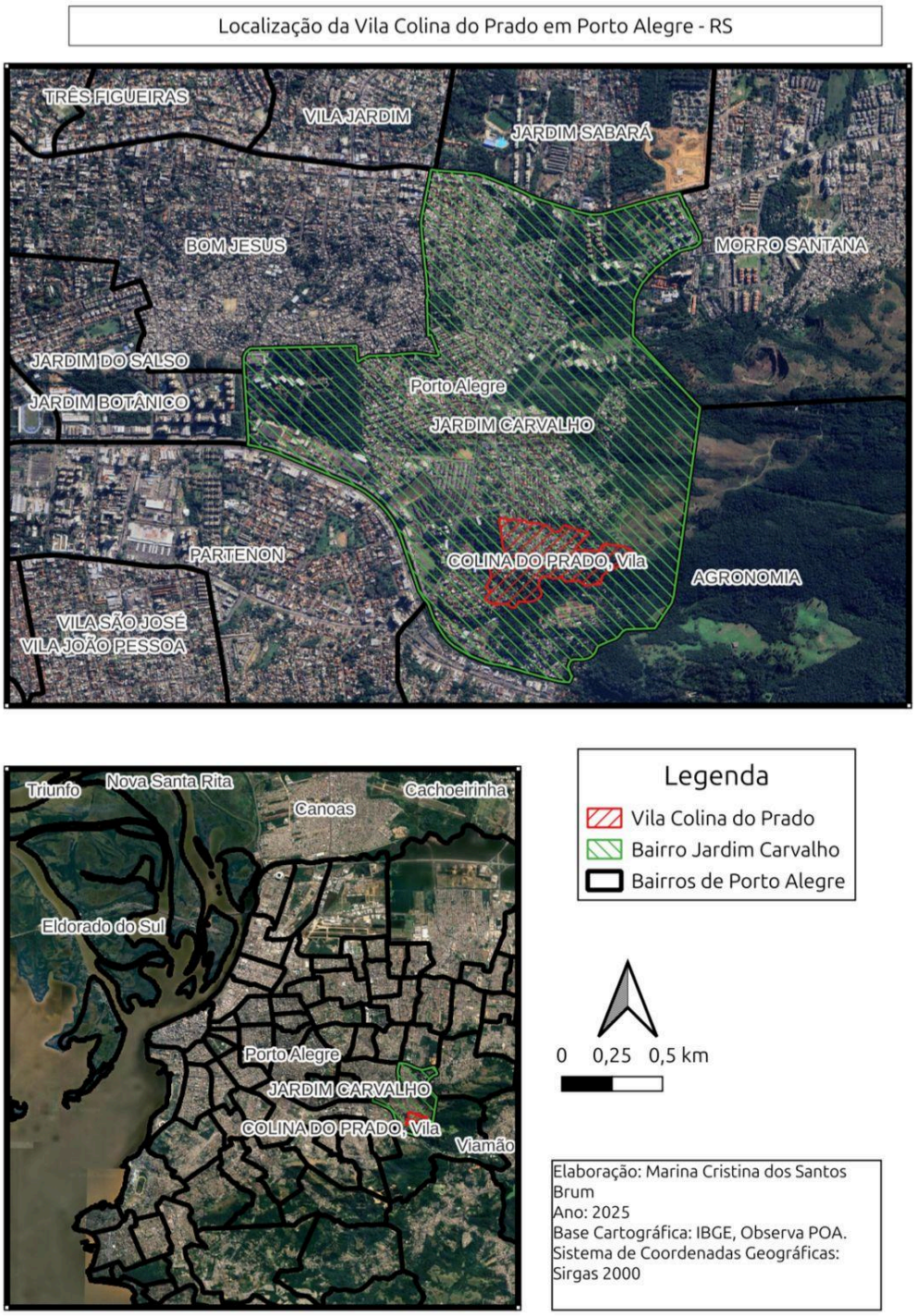
Desse modo, por mais que essas periferias estejam na cidade, elas também têm uma relação com o morro/ponto mais alto da cidade (com 311 m), que é uma floresta urbana de bioma pampa e mata atlântica, e conta com várias nascentes do Arroio Dilúvio e outros arroios. É conhecida informalmente por moradores da região como a caixa d'água de Porto Alegre.

Dados de 2010 do Observatório de Porto Alegre mostram que o bairro pertence à Região Leste do Orçamento Participativo. Possui 25.386 habitantes, representando 1,80% da população total de Porto Alegre. Tem uma área de 3,923 km², representa 0,83% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 6.471,06 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 2,57% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 3,24 salários mínimos.

Ainda sobre a taxa de analfabetismo, o bairro fica em torno dos 2,57%, abaixo dos 3,86% apontados para a cidade de Porto Alegre. Na comparação com outros bairros da região, o Jardim Carvalho está bem melhor que os bairros vizinhos Bom Jesus (5,18%) e Agronomia (5,96%), mas pior do que outros, como Jardim do Salso (0,66%) e Jardim Sabará (1,35%). Segundo dados de 2010, 3,97% dos habitantes do bairro com idades entre 6 a 14 anos estavam fora da escola e 22,78% moravam em domicílios onde nenhum dos moradores tinha concluído o ensino fundamental.

Na imagem a seguir é possível visualizar o território.

Figura: Delimitação Geográfica do bairro Jardim Carvalho

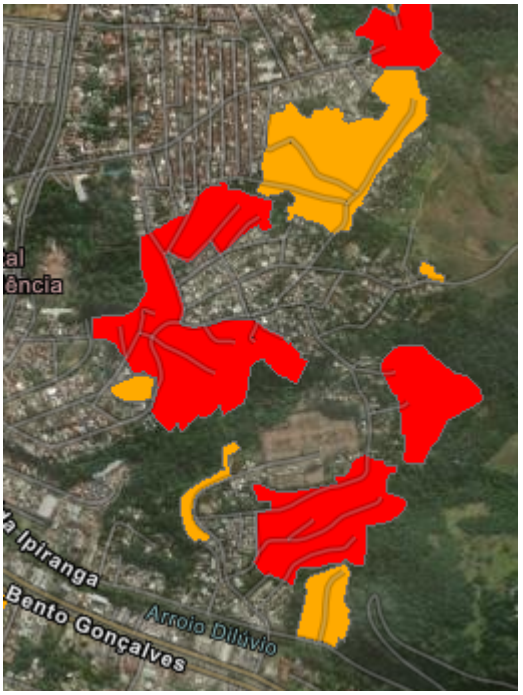


A Vila Colina do Prado está cercada pela Avenida Antônio de Carvalho, que tem uma comunidade chamada Ipê 1, atravessando o início dessa comunidade, chegamos na Colina. Segundo o ObservaPoa, o território começou a ser ocupado em meados de 1980, mas não foi possível encontrar mais definições e registros das vilas, visto que não são “bairros oficiais” .

A Vila Colina, território onde nasci, cresci e resido até hoje, é marcada por uma dinâmica que reflete tanto as desigualdades socioeconômicas quanto os desafios impostos pela crise climática. Essa comunidade, como tantas outras nas periferias urbanas, carrega um histórico de precariedade estrutural que se traduz no medo de deslizamentos e enxurradas durante os períodos de chuva.

Na minha rua, identificada no mapa de Áreas de Risco e Deslizamentos do ObservaPOA como uma área de muito alto grau de risco, a descrição aponta para uma ocupação em encosta declivosa na grande área do Morro Santana, sujeita a enxurradas devido à proximidade de um arroio intermitente bem como por fontes subterrâneas. Esse cenário agrava os temores de que a qualquer grande tempestade o chão possa ceder, postes possam cair, provocando incêndios de difícil contenção pela demora na resposta dos serviços públicos.

Além disso, segundo o mapa de Prevenção de Desastres do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), das 14 áreas divididas em risco e muito alto risco de desastres “naturais”, 6 destas estão na Vila Colina.



Fonte: CPRM

Segundo Canil e Moretti (2021), o processo de urbanização que caracteriza os países do Sul Global é marcado por iniquidades nos territórios, principalmente nas áreas periféricas de expansão, que sofrem com a falta de infraestrutura, saneamento e segurança, além de fragilidades ambientais e vulnerabilidades sociais. Esses *territórios de exclusão* são

ordenados de forma arbitrária, ocupando áreas suscetíveis a processos físicos, como penetração, erosões e inundações. Esses processos, embora desencadeados por eventos climáticos intensos, como chuvas, são catalisados pela vulnerabilidade das obras de urbanização envolventes, resultando em espaços de segregação socioambiental e exposição constante a riscos e desastres.

Conforme destacam Ferreira (2005) e Almeida (2022), a expansão das periferias urbanas no Brasil é resultado direto das dinâmicas do capital imobiliário, que direcionam o crescimento das cidades para atender a interesses econômicos específicos, deixando à margem uma grande parcela da população. O mercado formal de habitação concentra-se em áreas privilegiadas da cidade, enquanto as periferias acabam por absorver a maior parte do contingente populacional em busca de moradia. Esse aspecto é agravado pelo processo de planejamento urbano historicamente centralizado e tecnocrático, que ignora as necessidades reais das comunidades periféricas. Os planos urbanos são formulados para atender aos interesses das elites e do mercado imobiliário, impondo regulamentações em bairros de interesse econômico, ao mesmo tempo em que negligenciam as demandas das regiões mais vulneráveis. Essa abordagem fragmentada do planejamento urbano contribui para a perpetuação das desigualdades sociais e para a ausência de políticas públicas específicas nas periferias.

4. PENSAR A ÁGUA E O TERRITÓRIO ATRAVÉS DE SUAS REDES

Segundo Fernandes (2020), ao longo dos últimos anos, as pesquisas realizadas em favelas e vilas têm se referido a elas como comunidades e territórios periféricos a partir da condição de "ausência" de serviços públicos.

O IBGE corrobora com essa ideia ao inferir que estes territórios podem ser definidos como regiões em que há casas com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse - ou seja, ocupações em áreas definidas como "irregulares" pelo poder público em áreas públicas ou privadas- com ausência ou oferta inadequada e/ou precária de serviços públicos, como iluminação, água, esgoto, drenagem e coleta de lixo por parte das instituições que deveriam fornecer estes serviços. O IBGE também infere que estas comunidades podem ser definidas seguindo suas infraestruturas, contando com o predomínio de edificações, arruamento e infraestruturas feitos pela própria comunidade, estando localizadas em áreas com restrição de ocupação, como linhas de transmissão de energia elétrica, áreas de risco, entre outras.

Além disso, é importante ressaltar o papel dos títulos de terra no contexto urbano, especialmente no que se refere a investimento a serviços essenciais e habitação. De acordo com Almeida et al. (2022), em locais onde existe um título de propriedade ou alguma forma de garantia de permanência, existe um maior investimento em infraestruturas, que tendem a ser mais elaboradas e duráveis. Por outro lado, nas regiões onde não há segurança de posse, como nas periferias, as construções são mais precárias e temporárias.

Desta forma, pelo fato de favelas/vilas serem consideradas territórios não reconhecidos - ou, reconhecidas como "ilegais" - estas não tinham - e muitas continuam não tendo - conexão às redes de serviço essenciais, como água e energia elétrica. Neste contexto, surgem as redes "alternativas", "informais" ou "ilegais", como formas de contornar a ausência do serviço. Essas redes podem ser compreendidas como um conjunto de materialidades, ou seja, elementos físicos e manipuláveis que possuem um significado social e funcional dentro de um contexto específico.

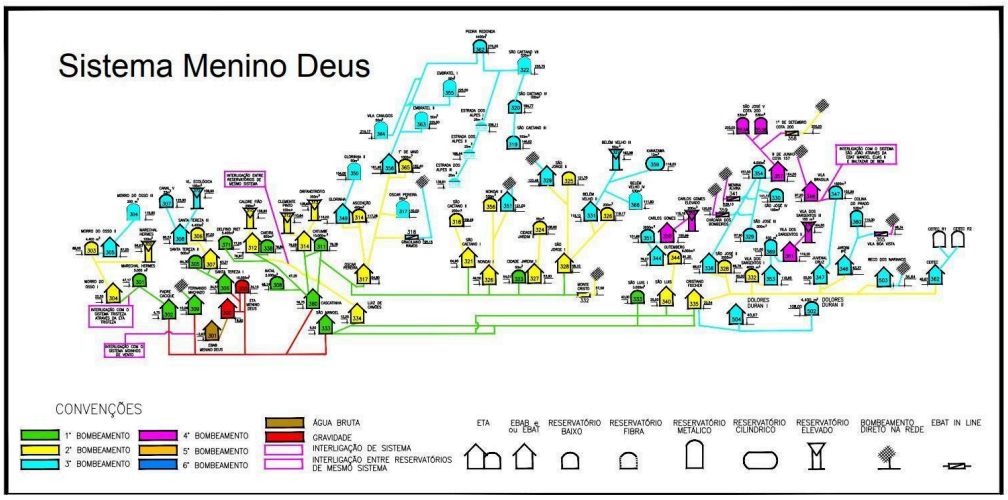
A materialidade, nesse sentido, refere-se não apenas ao objeto físico, mas também às práticas, relações e significados que ele carrega (Latour, 2005). Em um espaço urbano como as favelas e vilas, onde as infraestruturas formais são escassas ou inexistem, a população desenvolve suas próprias redes utilizando materiais disponíveis, como fios de eletricidade improvisados ou sistemas de abastecimento de água precários. Desta forma, busco desenvolver duas redes aqui, (i) a formal, sendo está oferecida pelo DMAE através das estações de bombeamento, reservatórios e infraestruturas relacionadas a oferta de água e (ii) e

a rede informal, sendo esta composta por pessoas, técnicas, processos e agências que tornam possível microarranjos de materialidades e infraestruturas que permitem fazer a água circular (Pierobon, 2021).

Resgatando o Plano Municipal de Saneamento Básico de 2013 e 2015, abordados no capítulo anterior, podemos compreender quais infraestruturas são mobilizadas para fazer com que a água chegue no território da Colina, e como elas constroem essa rede "formal" de água. A Estação de Tratamento de água (ETA) Menino Deus do DMAE capta água bruta do Guaíba e a trata. A água tratada é então distribuída por gravidade ou bombeada para os reservatórios dos subsistemas. As Estações de Bombeamento de água tratada (EBATS), por sua vez, bombeiam a água dos reservatórios para as redes de distribuição que atendem os bairros.

A ETA Menino Deus, abrange uma área de 6.679 hectares e atende diversos bairros, incluindo partes da Colina e o Jardim Ipe - comunidade que fica abaixo da Colina, mais perto da avenida-. O sistema é dividido em subsistemas, cada um com suas características de bombeamento e armazenamento de água. As EBAT'S que abastecem o território são: Ebat Vila Boa Vista, Ebat Jardim Ipê e o reservatório da Colina do Prado, A EBAT Jardim Ipê, localizada na Rua Com. Eduardo Seco, bombeia água para o Reservatório Colina do Prado e está localizado na Rua Aristides Rosa.

A figura abaixo mostra o mapa que representa a estação de tratamento Menino Deus e o abastecimento de água para os subsistemas em toda a cidade. A legenda nos permite compreender qual o tipo de infraestrutura de armazenamento e bombeamento de água tem em cada EBAT.



Elaboração: Plano Municipal de Saneamento Básico de Porto Alegre (2013)

Trago na figura a seguir um recorte desse mapa, onde é possível visualizar onde está EBAT Jardim Ipê e o reservatório de água da Colina do Prado.

Elaboração: Plano Municipal de Saneamento Básico de Porto Alegre (2013)

A EBAT Jardim Ipê que é situado no Ipê 1, figura 3, abastece o reservatório da Colina.

Fonte: Foto de arquivo pessoal (2024)

Figura 4: Reservatório da Colina do Prado, que é abastecido pela Ebat Jardim Ipê.

Fonte: Foto de arquivo pessoal (2024)

Com a ajuda desse mapa do PMSB, conclui-se que quem abastece a Vila Colina do Prado é a EBAT Jardim Ipê com a ajuda do reservatório, que consegue levar a água para pontos mais altos do território. Obviamente, essa rede formal de água também conta com registros que estão distribuídos pela comunidade, como canos, medidores e pequenas adutoras que tornam possível que a água captada no Guaíba, após passar por vários processos que tornam ela bebível, chegue no território por meio destas infraestruturas.

Este reservatório foi um dos objetos dessa rede que nos chamou a atenção, quando passamos por ele, ficamos curiosos para saber se ele estava ativo, visto que a aparência que ele possui parecia ser de abandono, sem manutenção. Segundo Graham e Thrift (2007), Harvey (2012) e Harvey e Knox (2012), as infraestruturas estão em constante processo – tanto social quanto materialmente – exigindo manutenção física, reunindo significados e gerando atmosferas. A falta de continuidade e manutenção nas infraestruturas revela a maneira como elas podem ser "descontinuadas" pelo próprio planejamento estatal ou pela negligência das autoridades. Nesse contexto, observamos que muitas obras, especialmente em áreas periféricas ou marginalizadas, são projetadas para não ter continuidade, deixando partes da cidade em um estado de abandono ou com infraestruturas inacabadas.

Essas infraestruturas incompletas ou paralisadas não apenas interrompem a funcionalidade de serviços essenciais, mas também reforçam a marginalização de determinados sujeitos. Duarte (2022) questiona a ideia de infraestruturas abandonadas mesmo

sem terem sido plenamente utilizadas, conforme a autora, o entendimento convencional de ruínas está ligado a um ciclo linear de planejamento, construção, uso e abandono, mas e quanto às infraestruturas que, mesmo "novas" ou nunca utilizadas, já são deixadas de lado?

Além disso, a presença de infraestruturas incompletas ou em processo de deterioração pode ser vista como uma metáfora do próprio processo de marginalização que afeta determinadas populações, onde o espaço urbano e suas redes de serviços tornam-se desconexos e precarizados.

Essa ideia vai de encontro a uma observação registrada em meu diário de campo sobre este reservatório, onde recordo da existência do mesmo quando era criança e brincava e ia na Igreja na qual ele está no terreno dos fundos, mas pelo aspecto de 'abandono' por estar enferrujado, com a grama alta, e sem sinais de manutenção, interpreto que não tem mais uso:

> No meio do percurso caminhando pela Travessa Colina, me lembrei da Igreja Católica que ia muitos anos atrás com minha mãe. Essa igreja fica na frente de uma antiga caixa d'água do DMAE. Tenho lembranças de brincar na volta do terreno da igreja e nunca ver nenhum funcionário da instituição entrando ou trabalhando no terreno. Conversando com o Alexandre, supomos que a caixa d'água está desativada pela qualidade da estrutura dela e pela falta de cuidado com o terreno onde ela está.

Antes de falar necessariamente sobre as infraestruturas que formam a rede informal de água na Colina, quero discorrer sobre a heterogeneidade das materialidades e infraestruturas que produzem a comunidade - e consequentemente, essa rede alternativa de água.

A Vila Colina é uma comunidade que, como tantas outras, está em constante expansão. Novos moradores chegam, novas casas surgem e, com elas, novas infraestruturas vão sendo criadas, enquanto outras deixam de ser utilizadas. Essa dinâmica contínua de ocupação em certa medida, reconfigura o território sem seguir necessariamente um planejamento estruturado, definido e reorganizado pelas infraestruturas que o compõem. Lefebvre (2001) argumenta que o espaço urbano é produzido através de práticas sociais que envolvem a manipulação e controle das materialidades. A forma como as infraestruturas são distribuídas e acessadas no território reflete as desigualdades sociais e as formas de poder presentes nas cidades.

> Ao caminhar pela rua, lembro-me de que, há algum tempo, essa via ainda era de chão batido. Recentemente, foi asfaltada. No entanto, mesmo com o asfalto novo, há trechos que exibem vestígios do pavimento antigo. Isso me fez recordar uma frase da autora Ana Clara Duarte "...é difícil distinguir seu início e seu fim: uma obra inaugurada pela metade já acabou ou ainda está em construção?...". E é exatamente isso. É pouco provável que os moradores recebam uma explicação sobre por que o asfalto foi colocado apenas em dois metros da via, em vez de ser renovado ao longo de toda a sua extensão.

Contudo, mesmo dentro de uma mesma periferia, a heterogeneidade e a temporalidade das infraestruturas revelam dinâmicas contrastantes. Em um mesmo território, indivíduos que compartilham o mesmo espaço enfrentam níveis variados de precariedade, evidenciando desigualdades cotidianas que moldam suas condições de vida.

No mesmo espaço, é possível observar mudanças marcantes na configuração das casas, no estado das vias e no tipo de infraestrutura disponível.

A precariedade, conforme definido por Judith Butler (2015), surge como uma condição estrutural imposta às populações vulneráveis. Butler afirma que a precariedade "é o estado em que a vida é colocada em risco continuamente" (Butler, 2015, p. 20), ou seja, considera que vivemos socialmente e de alguma forma, nossa vida se encontra na mão dos outros. Ela exige determinada condições para que seja possível se tornar uma vida vivivel, e não uma vida exposta e precarizada a morte (Mbembe, 2018)

Nesse trecho retirado do meu diário de campo, observam-se mais nuances dessa realidade no território:

> As casas dessa parte do beco são feitas de madeira e outros tipos de madeiras reutilizadas, são moradias precárias que não demonstram ter acesso à rede de esgoto da rua. Foi possível ver algumas mangueiras pretas de água, mas não foi possível identificar se elas chegam em todas as casas pela precariedade do acesso às casas.
> Saindo do beco, voltamos para a rua principal, asfaltada, onde andando mais alguns metros entramos em outra rua, também asfaltada. Nessa parte do percurso as casas voltam a ser de alvenaria, como também voltam a aparecer as tampas de rede de esgoto e estruturas menos precárias. Observamos uma casa com uma entrada delimitada por uma divisão de escada e rampa, dando a entrada de uma casa com rampas internas também. Nessa entrada, há uma tampa de bueiro de rede de esgoto/água. Uma casa que está ao lado dessa entrada tem seus canos expostos pelo lado de fora do terreno, pensamos também que possa ser de pias e tanques.

Essa descrição evidencia a coexistência de diferentes níveis de acesso e condições infraestruturais em curtas distâncias no mesmo território, contrastando moradias precárias de madeira sem acesso visível a esgoto com casas de alvenaria conectadas à rede e com maior investimento em infraestrutura. Essa diferença ressalta como as desigualdades estruturais se manifestam de forma espacialmente fragmentada, mesmo dentro de uma mesma comunidade.

No mesmo espaço, é possível observar mudanças marcantes na configuração das casas, no estado das vias e no tipo de infraestrutura disponível. Esse contraste foi especialmente perceptível quando volto ao meu diário de campo:

> Em uma mesma rua, encontrávamos residências grandes, com alto investimento em segurança, e outras mais simples, frequentemente de alvenaria não revestida, com muros baixos ou até sem muros. Esse contraste reflete tanto as condições socioeconômicas variadas quanto as diferentes estratégias das famílias para habitar e organizar o espaço. Ao avançar mais um pouco, chegamos à entrada de um beco. Enquanto o trajeto até esse ponto era feito em uma rua asfaltada, dentro do beco o chão era de terra ou barro, evidenciando uma mudança abrupta nas condições das vias. Caminhando pelo beco, observamos mangueiras pretas espalhadas pelo chão, provavelmente utilizadas para puxar água da rua até os terrenos. Além disso, identificamos um registro de água marrom sob a terra, possivelmente utilizado para controlar a pressão dessas mangueiras. Algumas casas no beco tinham canos enterrados que desciam até as propriedades, aparentando ser de esgoto. Esse mesmo trajeto de infraestrutura levava a terrenos onde casas haviam sido construídas em áreas verdes.

Embora todo o Morro da Colina seja uma área de ocupação em uma floresta, ou seja, *área verde*, as moradias localizadas nesse trecho do beco apresentavam características de uma produção mais precária. A precariedade das estruturas das casas, o formato dos terrenos e a ausência da rede formal de água, diferenciavam essas famílias das que residiam ao longo do percurso anterior. Deste modo, percebemos este cenário em que a infraestrutura urbana não é homogênea, mas marcada por articulações diversas de materialidades e práticas sociais que as constituem.

Nesse sentido, as infraestruturas, mais do que elementos físicos que compõem a cidade, são construções sociomateriais que envolvem relações complexas entre atores institucionais, políticas públicas, regimes jurídicos e práticas de conhecimento em constante formação (Ribeiro, 1994; Mitchell, 2002; Edwards, 2003).

Simone (2012) reforça essa ideia ao destacar que os sistemas reticulados de infraestrutura não podem ser vistos como "meramente" físicos. Ele argumenta que esses sistemas são locais de práticas diárias, onde moradores e funcionários investem trabalho e cuidado na manutenção e no reparo das estruturas urbanas. Essas práticas transformam as infraestruturas em montagens que vão além do humano, gerando novas materializações de direitos e aspirações na cidade. Assim, os moradores que enfrentam condições precárias e investem na construção e manutenção de suas casas estão, simultaneamente, produzindo infraestruturas diferenciadas que expressam suas lutas por pertencimento, acesso à moradia e à água.

Essa dinâmica revela como a precariedade das infraestruturas formais impõe aos moradores a necessidade de buscar alternativas com os recursos que possuem para construir e manter suas casas e atender às demandas do dia a dia. Os moradores, ao lidarem com condições adversas, transformam sua relação com o território, criando infraestruturas que, embora improvisadas, atendem minimamente às suas necessidades e reafirmam sua presença no espaço urbano.

Essa prática cotidiana de lidar com uma infraestrutura improvisada e inacabada posta aos moradores da comunidade, pode ser entendida como uma metonímia da marginalidade vivida por esses grupos, como sugerem Ferguson (1999), Harvey (2010) e Anand (2017). Os moradores, ao adaptarem e modificarem o que está disponível, não apenas revelam uma presença precária do Estado na prestação de serviços básicos, mas também tornam visíveis as desigualdades estruturais que os relegam a uma posição marginal na cidade. Essa relação contínua com a infraestrutura precária não é apenas um reflexo das condições materiais em que vivem, mas também uma expressão simbólica de sua posição marginalizada na lógica urbana.

Imagem 1: Na foto, moradores utilizam madeira, madeirite e derivados para a construção do muro de sua casa, é uma estrutura frágil mas funciona como uma barreira a rua.

Fonte: Acervo pessoal (2024)

A vida útil e o alcance de uma mangueira, que é utilizada em substituição à canos de pvc, é um elemento que revela como é produzida uma rede alternativa de água no território. Normalmente, estas são imbricadas a outras mangueiras, formando capilaridades, onde a primeira é ligada a um registro. Ou seja, tendo uma mangueira ligada a um registro - ou cano, que seja possível acoplar a mangueira - os moradores ligam outras em sua extensão. Dessa forma, as redes de água local são construídas por meio destas mangueiras pretas, compradas e instaladas pelos moradores, que atravessam o solo de forma improvisada.

Essas mangueiras frequentemente se rompem ou deixam de cumprir sua função, exigindo constantes reparos. Além disso, o fluxo de água é muitas vezes impulsionado por motores, também adquiridos pelos residentes, que procuram captar água de algum ponto da rede formal e levá-la até suas casas.

Imagem 2: Na foto, mangueiras pretas que atravessam o território da Colina que levam a água.

Ao final do beco, encontramos algumas outras casas e ouvimos o barulho de uma corrente de água. Andando um pouco mais isso se confirmou, existe um pequeno curso d'água (aparentemente limpa) que vem descendo desde atrás ou por baixo de uma casa, passando pela frente das outras e atravessando terrenos, formando uma mini valeta .As casas dessa parte do beco são feitas de madeira e outros tipo de madeiras reutilizadas, são moradias precárias que não demonstram ter acesso a rede de esgoto da rua, foi possível ver algumas mangueiras pretas de água, mas não foi

possível identificar se elas chegam em todas as casas pela precariedade do acesso às casas.

A necessidade destas mangueiras e motores está no fato da rede de água só chegar até determinada parte do morro, onde não é mais possível se ver adutoras, bocas de lobo, e muitas vezes, nem registro d'água. Dessa forma, se fez necessário buscar uma infraestrutura que conseguisse "dar força" para água "subir", pois quanto mais alto no morro, menos infraestruturas formais disponíveis para a rede de água é encontrada.

Essa realidade demonstra que a água, nesses territórios, não pode ser entendida como um recurso natural que simplesmente brota das torneiras. Pelo contrário, ela é resultado de um esforço coletivo, que envolve processos sociopolíticos e econômicos para garantir seu acesso. Como observa Duarte (2023), em algumas situações, as infraestruturas podem ser consideradas "invisíveis" devido à sua integração ao ambiente urbano e à pouca visibilidade de suas práticas de funcionamento. No entanto, em áreas como as Vilas Colina, a infraestrutura de água é altamente visível e exige um trabalho constante por parte dos moradores para ser mantida em funcionamento. Esse processo torna evidente que o acesso à água é produzido por meio de uma série de relações sociais, políticas e econômicas, o que reafirma a ideia de que a água é uma construção infraestrutural e não um recurso natural dado (Gunel, 2016).

Imagem 3: Mangueiras improvisadas, com vazamentos, instaladas em locais em que há esgoto a céu aberto, na Vila Colina.

Seguindo essa lógica, os encanamentos definem não apenas quem são seus sujeitos, mas também como eles são coletivamente e diferencialmente "tratados" pelas instituições (públicas ou privadas) que administram infraestruturas. Por meio de conexões e desconexões cotidianas, canos, estradas ou fios de eletricidade formam populações que são governadas de forma desigual e deixadas de lado. (pág. 22)

5. O papel de gênero sob as infraestruturas de água no território

“Vocês são do postinho? ou é da prefeitura?” disse uma moradora, sentada em frente à sua residência com as filhas, estranhou a presença de pessoas desconhecidas transitando pelo beco ao lado de sua casa, que conduzia ao início da floresta do Morro Santana. Ao perguntarmos se poderíamos conversar, explicamos que éramos pesquisadores da UFRGS, interessados em entender como a comunidade vivencia a falta de água. Imediatamente, ela relatou que na semana anterior havia ficado quatro dias sem abastecimento e que, naquela semana, a pressão da água estava muito fraca.

Durante a conversa, mencionou que, ao final da rua de chão que dava acesso a uma via asfaltada, os moradores enfrentavam menos problemas com o fornecimento de água, já que, segundo sua percepção, o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) atendia melhor aquela área. Ela comentou que, por esse motivo, esses moradores "não poderiam reclamar" tanto quanto os que viviam mais acima na mesma rua.

Essa fala revela, de forma clara, como os residentes de um mesmo território, separados por menos de 100 metros, percebem diferenças significativas no tratamento e nas respostas oferecidas pelo poder público diante do mesmo problema: a precariedade no acesso à água.
Este relato foi extraído de meu diário de campo, produzido durante as caminhadas realizadas pelo grupo de pesquisa na comunidade. Nosso objetivo, nessas incursões, era buscar respostas para a provocação feita pelo Professor Alexandre: Quais aspectos da infraestrutura das casas e ruas deveríamos nos atentar, de maneira que fosse possível observar como as diferenças de determinadas partes do percurso se materializam e levantam hipóteses sobre a realidade ali vivida?

O território da Vila Colina, historicamente tem enfrentado problemas no que diz respeito ao acesso aos diversos serviços públicos, como educação, saúde, assistência social e principalmente o acesso à água. Quanto mais alto for a casa da moradora (mais pobres) menos acesso a rede de água oferecida pelo DMAE ela vai ter. Nossas caminhadas no território buscaram entender, partindo do ponto de vista das infraestruturas, como através delas podemos compreender as ações das moradoras fazendo arranjos, reparos e outras ações para contornar a falta de água. Assim como destaca Pierobon (2021), entendemos que as infraestruturas são o substrato da vida urbana e estudá-las é entender os ritmos da vida cotidiana, principalmente em uma rotina de quem precisa “fazer a água circular”

para enfrentar a escassez de acesso à água saudável. O foco no cotidiano é um meio poderoso de revelar os ritmos que em grande parte constituem a vida urbana, a desigualdade e a mudança (ver Graham e Thrift, 2007; Rigg, 2007).

Descobrir como minhas interlocutoras lidam com suas tarefas domésticas que necessitam de água é importante para compreender como a infraestrutura precária funciona como uma ferramenta de controle da vida nas periferias, onde o acesso irregular à água torna-se um mecanismo de gestão populacional. A precariedade da infraestrutura revela quem tem o direito de viver em condições dignas e quem é deixado à sua própria sorte, criando um cenário em que a sobrevivência é constantemente ameaçada (Mbembe, 2016).

Como discutido no capítulo anterior, as infraestruturas das moradias no território da Colina são extremamente heterogêneas, refletindo as desigualdades e os diferentes níveis de acesso a recursos e serviços básicos.

Essa dinâmica de exclusão, intensificada pela precariedade infraestrutural e pela desigualdade no acesso a recursos essenciais como a água, evidencia as formas pelos quais diferentes territórios, sejam urbanos ou rurais, impactam o cotidiano das mulheres. Nesse contexto, Silva e Cabral ressaltam "a falta de acesso à água é frequentemente associada a áreas rurais, mas também se manifesta em contextos urbanos, afetando o cotidiano das mulheres de maneira semelhante".

> Como argumentam Hora et al. (2012) "A ausência de saneamento básico, de políticas voltadas para o tratamento da água e de ações que promovem melhorias no acesso ao recurso agravam a vulnerabilidade social, impactando especialmente as mulheres que vivem em periferias urbanas, comunidades rurais e assentamentos precários, onde a precariedade das condições intensifica as desigualdades existentes.

A gestão e o provimento de água para uso coletivo no lar costumam ser responsabilidades atribuídas às mulheres. Essa centralidade da figura feminina está diretamente relacionada à forma como as sociedades se estruturam, com a atribuição de papéis específicos a diferentes atores sociais. Essa divisão de funções reflete a divisão social do trabalho, que, conforme Hirata e Kergoat (2007), se configura a partir das relações sociais entre os sexos, resultando na divisão sexual do trabalho. Da mesma forma "as relações desiguais de gênero condicionam uma forte divisão sexual do trabalho, que é desfavorável às mulheres. [...] Também são as mulheres as responsáveis pela 'administração e economia da água' de uso doméstico" (Cordeiro et al., p. 173).

A atribuição às mulheres da responsabilidade pelo manejo da água no ambiente doméstico revela a naturalização de práticas de cuidado que lhes são socialmente impostas. A divisão sexual do trabalho sustenta uma lógica que associa às mulheres tarefas relacionadas à reprodução da vida cotidiana — como garantir água para cozinhar, limpar e cuidar da família —, consideradas extensões das funções femininas. Essa construção histórica reforça desigualdades de gênero, ao confinar o trabalho de cuidado ao espaço privado e invisibilizado, enquanto as atividades produtivas permanecem vinculadas ao espaço público e majoritariamente ocupadas por homens. (CORDEIRO et al., p. 173).

Essa distribuição desigual de responsabilidades no cuidado doméstico reflete uma estrutura que mantém hierarquias de gênero e relega às mulheres funções desvalorizadas. Conforme bell hooks (2019, p. 61), "a divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal ensina que as mulheres existem para servir os outros, principalmente por meio das práticas de cuidado". Assim, a gestão cotidiana da água no lar ultrapassa o âmbito das tarefas domésticas e se torna uma expressão das dinâmicas de poder que perpetuam a desigualdade e a subordinação feminina nos espaços privados. Essa dinâmica se desdobra em desigualdades que, como afirma hooks (2019), "não são vividas da mesma forma por todas as mulheres", evidenciando que os benefícios obtidos pelos homens também se manifestam de forma diferenciada nas hierarquias que estruturam o mundo do trabalho.

No contexto das periferias, esse trabalho não se limita ao cuidado doméstico; ele também abrange a gestão comunitária e a criação de redes de solidariedade para garantir a sobrevivência. Na Vila Colina, o trabalho do cuidado realizado pelas mulheres transcende a vida privada, organizando a distribuição de água e fortalecendo laços comunitários que desafiam a precariedade imposta pela lógica da necropolítica. Assim, o cuidado é tanto uma prática de resistência quanto um mecanismo de reprodução da vida .

Essas práticas de cuidado também são fundamentais para a produção da cidade, conforme proposto por Flávio Villaça (2012). Para Villaça, a cidade é moldada pelas interações cotidianas de seus habitantes, que, mesmo em condições de precariedade, encontram formas de produzir o espaço urbano. Nas Vila Colina, as mulheres, ao organizarem a gestão comunitária da água, exemplificam como "a produção do espaço urbano não ocorre apenas pela ação do Estado ou do mercado, mas também pelas práticas informais da população" (VILLAÇA, 2012, p. 65). Através do trabalho de cuidado e da articulação de redes comunitárias, essas mulheres reconfiguraram os territórios urbanos de forma a torná-los mais habitáveis, ainda que estejam à margem das políticas públicas de infraestrutura.

Uma de minhas interlocutora, que veio do interior do estado com seu marido para morar na Colina há vinte e três anos atrás, fala como vivia uma “vida em função da água” pois tinha que planejar o seu dia considerando as atividades e esforços que teria que desenvolver para captar água, pensar como e onde armazená-la e controlar o seu uso em um cotidiano onde era comum a água faltar. A Dona Rosa, veio para a Vila Colina depois que seu marido conseguiu um emprego na cidade de Cachoeirinha, região metropolitana de Porto Alegre. Ficou trinta dias em uma outra casa na vila até comprar a casa em que reside até hoje. Quando veio para cá, ela diz que passava o dia cuidando da casa e de sua filha, que na época tinha dois anos de idade, enquanto o marido trabalhava em outra cidade. Pouco depois começou a trabalhar fazendo faxina nas casas. Ela conta que quando chegou ali, tinham pouquíssimas casas na região, a rua ainda tinha grama e por mais que a casa em que ela mora já estivesse construída, a rua e as outras casas pareciam sítios grandes.

Hoje, a casa da Dona Rosa continua tendo um pátio grande que conta com uma horta de mandioca e outros legumes e algumas árvores frutíferas, como ela veio de uma cidade de interior, da “roça” como ela mesmo disse, ela sempre trouxe consigo a prática de plantar aquilo que fosse possível comer. Ela ainda diz que a água proveniente do DMAE não é boa para a horta, porque o excesso de cloro estraga as folhas, resseca e envenena os alimentos. Quando a qualidade da água é comparada com a de Tenente Portela, sua cidade natal, ela diz que lá é muito comum ter poços de água - prática adotada pelo também Senhor Hênio, na Colina- e que lá a horta é “tratada” com água “limpa”.

Quando questionada sobre o acesso à água ao chegar na Colina, Dona Rosa contou que a água já chegava à sua rua, mas frequentemente não tinha pressão suficiente para encher sua caixa d'água. Por isso, ela costumava buscar água na casa de uma vizinha que morava em frente ou pedia para seu marido comprar. Como sua rua é desnivelada, com sua casa localizada acima do nível da rua e as casas em frente abaixo, muitas vezes com escadas que

descem para o acesso, Dona Rosa acredita que essa configuração favorece sua vizinha. A menor exigência de força da água para alcançar a caixa d'água da casa da vizinha permitia que ela enchesse a caixa antes.

Mesmo nessa realidade, episódios de falta d'água eram tão comuns que dona Rosa, junto de suas vizinhas mulheres - e de sua filha ainda bem pequena- tinham que improvisar outras formas de conseguir água. Juntas, elas iam até uma bica situada na entrada de uma floresta do morro para conseguir água. Elas levavam baldes para essa nascente e voltavam com eles cheios, fazendo o percurso que se, na ida, levava 15/20 minutos, se tornava de até uma hora na volta.

> *É lá no campo lá em cima. Lá tinha um poço. Tinha uma biquinha né? Daí o pessoal arrumou. Daqui todo mundo ia buscar. Tem um matinho, né? Caminhava bastante até lá. É aqui ó, que até aquela rua que é que sai ali das antenas, vai pra lá. Isso. Daí tem um matinho ali. Vai pra cima. Acho que deve estar lá ainda mas era um poço, assim um buraco no chão que brotava. Então era uma mina de água, uma coisa, uma nascente*

Essa bica a qual ela se refere representa uma das várias nascentes de água que dão corpo ao Arroio Dilúvio na avenida Ipiranga, elas nascem no Morro Santana e formam rios subterrâneos pela comunidade até chegar no Arroio. Essas nascentes são "limpas" e é comum ver moradores da comunidade - e de fora dela- buscarem elas para se refrescar. Por mais que seja uma água limpa, a dona Rosa utilizava essa água para abastecer a caixa d'água para todas as atividades que precisavam de água, mas ela não a bebia.

De idas e vindas a essa bica, fazendo esse esforço, inúmeras vezes, em até oito dias seguidos na parte da manhã e antes de anoitecer, exigindo de si mais do que conseguia aguentar, a dona Rosa teve que ir para o hospital pelas dores no corpo que sentia:

> Eu ia de manhã de manhã que daí de manhã não trabalhava né? Eu ia de manhã e daí de tardezinha quando nós chegava em casa do do servicinho tinha que ir lá de novo. E daí eu me lembro que um dia de tarde eu puxei, puxei a água, quando foi de noite eu tive que ir pro médico, fui direto pro Santa Casa, fiz uma cirurgia e daí foi minha sorte, né? Que disse que assim que bom que já procurei consultar, sabe. E foi por conta desse esforço. Eu me criei fortejando, né? Pra mim não era tanta força aqui. Mas imagina eu pegar um talo de água daqueles de dez litros. Trazia lá de cima do campo até aqui em casa, mas tu vai fazer o que sem água, né? " 04/07/2023

Ela utiliza a palavra "fortejando" para se referir a si própria, demonstrando que foi criada de forma a sempre realizar trabalhos e atividades que exigiam esforço físico, no interior cuidava da terra, na vila buscava água para casa e trabalhava como doméstica realizando faxina em algumas casas. Depois desse episódio, o marido de dona Rosa que já comprava água para beber na cidade em que trabalhava, investiu em um pequeno motor para dar mais força para a água da rua encher a caixa d'água, para que sua esposa e sua filha não tivessem mais que fazer esse percurso em busca da água.

> Daí foi daí quando o meu marido começou a trazer água lá de Cachoeirinha, né? Trazia de Cachoeirinha, ele botava três taro desses de vinte litros, né? Dai enchia e trazia. Daí não precisava mais fazer esse movimento. acho que foi uns uns três, quatro ano. Nossa, nessa função de ir e voltar. Muito pesado, né? Não, tá louco, Deus o livre, num foi fácil (...) Eu acho que é longe, é longe. Voltar com dez, com vinte litros de água no braço. É isso aí. Eu sentia. Só pra fazer ideia, eu enchi um talo, né? Desses ali e botava nas costas, tampava ele botavam nas costas e vinha, né? Nossa, não tem corpo que aguente. Deus o livre sofrimento, era o inferno, sabe?

Para além desse esforço de buscar a água onde ela nasce, a dona Rosa nos conta de outra organização que tinha - e ainda têm- para armazenar e acessar a água que vinha da rede do DMAE. Considerando uma rede "alternativa" para o acesso a água, como a água não tinha "força" para chegar na caixa d'água, foi necessário instalar um motor na caixa de dona Rosa, para que assim fosse possível ela encher: "Eu não sei se é uma por causa da altura ou falta de pressão na rede, não sei o que que tem. A minha água de dentro da caixa ali tem um botãozinho que toca pra cima". Assim, esse "motorzinho" dá força para a água encher a caixa, que é intrincada a outra caixa d'água, que abastece a casa. Durante a rotina, é necessário cuidar se a bóia da segunda caixa d'água "está alta", sinalizando que ela já está cheia. Nesse momento, esse motor é desligado e a água presente nas caixas é distribuída nas atividades que necessitam dela para serem feitas, que são designadas pela dona Rosa, como lavar roupa, limpar a casa e tomar banho.

A ideia de ter duas caixas veio da necessidade de armazenar maior quantidade de água para os momentos de escassez, igualmente em virtude da demora para encher as caixas. Embora o motor sirva para dar força a água, se não houvesse essa ferramenta, provavelmente a água não chegaria à caixa. Com a presença do motor, é possível enchê-las, mas é um processo que necessita atenção pois envolve inúmeras infraestruturas. Em decorrência disso, a dona Rosa precisa sempre estar atenta ao som que o motor emite e estar conferindo se não faltou água enquanto ele está ligado, caso ele esteja e tenha faltado água, o relógio d'água vai continuar funcionando e contando independente da falta de água nos canos. Então ela deve estar atenta para desligar o motor.

> A primeira caixa demora pra encher. Bah mas aí cuido. Tem dia q demora o dia todo.. Só que daí eu não deixo, né? porque às vezes falta, né? A água falta de novo e o relógio fica, né? Não, deixa vim a água pra depois pegar o relógio. Depois se não o relógio fica daí fica contando, rodando sozinha né? Sem água. Daí não dá também. Tudo isso tudo tem que cuidar sabe? Não dá pra dizer assim eu vou deixar ligado né? Pra encher, a coisa é assim, né?

Fazer com que a água circule demanda uma disposição de tempo e técnicas para tornar esse fazer possível, essa disponibilidade atravessa a vida de dona Rosa que tem que programar o seu cotidiano em torno dessa responsabilidade. Dentro dessa estratégia, composta

por várias materialidades e infraestruturas, que aqui chamei de rede alternativa, ela tem que estar atenta às etapas desse processo que ela mesmo construiu para que seja possível ter água.

> *Eu que controlo. Por isso que não dá pra sair, né? Se eu vou trabalhar e deixar ali ligada. Tem que cuidar quando encher essa essa caixa pra liga pra outra caixa. E daí desligar aquela. Desarma a bomba. Ah não, não desarmei. Eu vejo quando a bomba começa a dar um ronco lá .Porque tu tá louco pra fazer outras coisas mas tem que tá de olho ainda. Imagina. Num dá pra esquecer. Cê num pode ficar com música alta em casa porque senão não escuta" (...) "Um dia eu estava lá no serviço eu falei meu Deus deixei a água ligada. Ah. Peguei o telefone da tia Fia pra ela desliga a água pra mim.*

Em ocasiões em que a intermitência de água é maior, como no verão, que é quando tem um maior período de calor contínuo, os moradores tendem a utilizar mais água para as atividades domésticas, como o aumento dos banhos, lavar roupa e uso de piscinas para as famílias que têm crianças. Em consequência disso, nesses períodos de aumento de temperatura são mais pessoas "puxando" água dessa rede para suas casas, fazendo com que a rede demore mais tempo para encher as caixas d'água, e aquela uma hora que levava para encher a primeira caixa d'água se tornam duas, três horas. Sem a presença de crianças em casa, e aquelas famílias que são constituídas por menos pessoas, em geral utilizam menos água para suas atividades cotidianas, considerando que crianças apresentam um maior consumo de água em atividades como de higiene pessoal, lavagem de roupa e utensílios e na preparação das refeições. Como ressalta a dona Rosa *"E eu não gasto muita água, né? Porque são duas pessoa, né? Ele é roupa e quase nada. Não tem criança em casa também, né?"*. Segundo o IBGE (2019) casas com bebês e crianças consomem cerca de 30~40% a mais de água em comparação às sem crianças. Paralelamente, também há um aumento em energia elétrica que é influenciado pelos usos do chuveiro quente, que "puxa" mais energia para se manter aquecido e muitas vezes queima a resistência, a energia da máquina de lavar roupa que também é mais utilizada. Essas práticas também representam um aumento de 20~30% de energia elétrica nas residências que contém bebês e crianças durante o verão em relação a aquelas que não tem.

> *Não, tem épocas que eu ligo mais vezes, né? No verão. Mas assim ligo uma vez por dia, às vezes duas, é como hoje eu vou gastar bastante, né? Porque lavando roupa, amanhã já não, porque amanhã já não lavo. Mas eu sempre deixo sabe o que eu quero, sempre as duas tão cheias." (...) Eu gastava bem mais quando a Andressa estava em casa que ficava debaixo do chuveiro. E roupa, duas maquina, três por semana, meu Deus do céu. Ai não tem água que dê, né? Ainda tem água. E energia elétrica, né? Pra poder lavar na na máquina, né? Ah, baixou tudo, baixou o preço a conta dágua, baixou conta da luz. Que ela passa mais o dia fora.. Agora ela se mudou, né? Se mudou. Agora gasta menos. Agora gasta menos ainda. Agora ela vai sair do bolsinho dela. O chuveiro, né? Não aguenta, né? Uma hora embaixo dele. E*

> *penteia a cabeça e passa creme. Não pode ficar muito tempo não, né? É. Ah nem o Lorenzetti aguenta. Imagina no verão, né? É. Nossa senhora."*

O ato de "tomar um banho", atividade do cotidiano que para determinadas famílias é algo automático, para outras, é reflexo de várias práticas que agem sobre determinadas materialidades e infraestruturas que precisam ser organizadas e remediadas dentro de um processo diário de cuidado e construção dessa rede que torna possível a água circular. Um ato banal como abrir uma torneira impõe uma interrogação sobre uma rede de materialidades, técnicas, processos, agentes e disputas sociais que tornam possível a circulação da água desde a sua captação até a pia de casa" (ARAÚJO; CAVALCANTI, 2023).

A vida cotidiana apresenta formas específicas em cada momento histórico, bem como em cada sociedade. Pode-se afirmar que o dia a dia da mulher é definido a partir do contexto no qual está inserida. Sobre o cotidiano, Lefebvre (1968) argumenta que esse é uma forma de identificar a sociedade em que estamos inseridos, de modo que essa sociedade gera a cotidianidade. A partir da cotidianidade é possível organizar os fatos que acontecem na sociedade.

Na realidade de Dona Rosa, até mesmo a voltagem dos eletrodomésticos importa para que seja possível fazer a água circular. Toda a voltagem da casa é 220v, ela não acredita na durabilidade dos eletrodomésticos que tem a voltagem 110v porque queimam com maior facilidade, tendo assim que realizar a troca destes com maior frequência. Se o motor queima, ele não permite com que a caixa d'água encha, afetando todas as outras atividades que seriam desenvolvidas com aquela água armazenada.

Em uma situação mais ampla, como a queima do motor ou de outro eletrodoméstico, Dona Rosa precisaria dedicar tempo que normalmente reserva para outras tarefas e, possivelmente, abrir mão de ir trabalhar para realizar os reparos. Isso afetaria o tempo destinado a atividades que dependem de energia e água. Sua rotina é complexa: cada atividade exige tempo e ações específicas para ser realizada, sendo muitas vezes antecedida por outra tarefa. Essas atividades estão interligadas de forma que acabam determinando o cotidiano de quem precisa delas para organizar a rotina doméstica e, consequentemente, garantir a produção e a manutenção da vida.

> *É duzentos e vinte. Duzentos e vinte. Eu tenho cento e dez duzentos e vinte dentro de casa. Só por cento e dez é uma coisa que queima muitos seguido, sabe? Os aparelhos, sabe? Eu não compro nada de cento e dez, eu só compro duzentos e vinte porque se não queima.*

Dona Rosa considera que mesmo apesar de todos esses processos que moldam seu cotidiano, hoje a situação da água está melhor, quando comparada a quando ela chegou na

Colina. Hoje essa “falta” de água é sentida porque ela teve/tem que mover ferramentas para não senti-la tanto, mas nos primeiros quatro anos vivendo ali, ela tinha que dominar outras materialidades que exigiam um maior esforço físico e disposição de tempo para fazer o percurso de ir até a nascente dentro da floresta do morro, voltar, e gerir como seria distribuída essa água. Num contexto onde a falta de água chegava até oito dias seguidos, realizar essa atividade duas vezes ao dia, junto de uma criança pequena, tornava um processo que já é complexo em “um inferno” como dito por ela.

Atualmente, com o sistema de caixas d’água criado por Dona Rosa, o processo tornou-se mais automatizado. Ela ainda precisa monitorar o motor, o fluxo de água, as boias da piscina e verificar a disponibilidade de água e energia, mas essa rede que construiu reduz o esforço necessário para garantir o abastecimento de água em casa – embora ainda demande dedicação. Lidar com a falta de água continua sendo algo negativo, especialmente porque, desde que se mudou para o território, ela sempre pagou a tarifa, mesmo quando a água não chegava. No entanto, a escassez é menor do que quando chegou ao local. De certa forma, Dona Rosa foi obrigada a aprender a gerenciar essa carência, criando seu próprio sistema para contorná-la. O cotidiano ainda é marcado pela falta, mas, como agora “falta menos”, para ela a situação já não é tão ruim quanto antes.

> *Nós tinha que quando faltava água, faltava água assim uns cinco seis dia a fio sabe? Pegava a água lá em cima no poço. Porque aqui não tinha, passava até sete, oito dias sem água. E agora pra mim aqui melhorou um pouco, sabe? Não tem mais tanta falta de água, né? Melhorou porque não tem tanta falta que nem tinha, sabe?*

Embora resignada com essa situação, a falta de resposta pelo poder público fez com que dona Rosa desistisse de pressionar o DMAE para que melhorasse a rede de água dali. Foram muitas as vezes em que ela ligou para a prefeitura e para o DMAE para reclamar da força da água que não conseguia abastecer sua casa, da escassez quando se passavam dias sem água, da demora para a água chegar ali. Quando atendiam o telefone, diziam que a oferta de água seria regularizada no mesmo dia à noite, mas na casa da dona Rosa só chegaria de manhã ou a tarde do dia seguinte.

Houve um episódio em que o marido de dona Rosa trabalhou o final de semana inteiro e ela estava sem água, quando chegou em casa segunda-feira depois do trabalho, a água ainda não havia voltado. Indignado, ele foi de carro até o DMAE para cobrar não só uma resposta, mas uma ação frente àquele cenário de três dias sem água, mas não obteve nenhum retorno para o problema. Apesar do DMAE não atender a demanda da família da dona Rosa - e de muitos outros moradores da vila - ela nunca deixou de pagar pela água que consumia - e pela

que não consumia, quando o relógio marcava um valor que não condizia com a realidade - e mesmo assim, não foram reconhecidos como portadores de direitos, sendo sua demanda negligenciada pois não era de interesse do poder público fazer uma obra para aumentar/melhorar a rede de água da região.

> *É assim é esperar né? Quando falta não adianta eu nem ligo mais sabe? Eu espero. Estou prevenida, né? Com duas caixas de água cheia. Entendeu? Não adianta, porque tu fala é a mesma coisa que nem o meu marido um dia chegou em casa, trabalhando em um sábado e um domingo. Trabalhando e era um calorão, um calorão, daí na segunda-feira chegou em casa ainda não tinha água. O meu marido pegou o carro e foi lá no DMAE lá sabe? E não adianta. Porque ó eu num tô pedindo nada de graça, eu pago minha conta em dia, né? Não tô devendo nada pra ninguém.*

Até o momento, analisamos um cenário onde o que vemos é a escassez de água pela rede formal de água, entretanto, o excesso de água também também afeta uma rede alternativa de infraestruturas que são necessárias para a produção desse cotidiano. Quando ocorrem tempestades com um volume grande de água, é comum algumas ruas se tornarem rios, somado aos esgotos abertos que se transformam em valetas e vão descendo pelo morro.

Devido à geografia do território, muitas casas estão construídas abaixo do nível da rua, em áreas aterradas, e são as que mais sofrem com a formação desses 'rios' que invadem os imóveis, frequentemente carregando terra e resíduos do lixo acumulado na rua. Na rua de Dona Rosa, as casas situadas acima do nível da rua também enfrentam riscos, como deslizamentos de terra, especialmente aquelas localizadas no final da via, no limite do morro, sendo algumas das últimas construções antes da floresta. A casa de Dona Rosa, no entanto, não sofre com alagamentos, formação de 'rios' ou deslizamentos de terra. Ela acredita que isso se deve aos cuidados que mantém, como a preservação das árvores, o solo bem cuidado e a manutenção regular do pátio e da horta.

> *Nossa, a casa da Iracema ali, nossa, acho que quase entrou dentro de casa. Nossa. Aquela casinha ali que tem ali, ó. Desceu ali, ó, do do mato ali, ó. Deus, parecia um rio" (...) Essa última chuvarada que teve, uma chuvarada, desce a água do campo ali. Ali teve mais problema, né? Aqui em casa não porque é que eu vou dizer aqui é mato né, ali é mato, e daí assim claro que correu bastante. Normal, assim, água normal. Bastante água né? Mas não levou nada. E eu cuido né? Tenho grama ali pra cima e acaba absorvendo. Eu limpo bem o pátio.*

Embora Dona Rosa não enfrente mais os problemas das enxurradas durante os períodos de chuva intensa, ela sofreu por muitos anos com uma situação comum nas periferias: toda vez que começava a chover, a luz acabava. Isso a deixava sem internet, sem energia elétrica e, consequentemente, sem água, pois para encher a caixa d'água e distribuí-la pela casa, ela dependia da energia do motor. Sem luz, não havia água. Vale destacar que,

durante o período de chuvas, tanto no inverno quanto no verão, era comum que chovesse por dois ou três dias seguidos, e nessas ocasiões, Dona Rosa ficava sem luz durante todo o período. Além da falta de eletricidade, a ausência de energia impactava também a captação de água através do motor e afetava a realização de outras atividades domésticas que dependiam de energia e água. Nesses momentos, para realizar as tarefas diárias, exceto a alimentação, ela utilizava baldes para capturar a água da chuva, sem precisar recorrer às caixas d'água.

Até recentemente, Dona Rosa e sua família estavam acostumados a passar a ceia de Natal no escuro, sempre que chovia ou quando os moradores usavam mais energia por estarem em casa. Essa situação é um reflexo da realidade comum nas periferias, onde, ao ficar sem luz, as pessoas costumam dizer coisas como: 'É culpa do ar-condicionado do vizinho, que puxa toda a energia', 'Todo mundo usando ventilador' ou 'Toda a rua foi tomar banho'. Isso é especialmente frequente em áreas com poucos transformadores, onde muitos moradores fazem ligações clandestinas, puxando fios dos postes para suas casas e sobrecarregando o sistema elétrico da região, o famoso 'gato'. A realidade de Dona Rosa mudou recentemente, quando a CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) instalou dois novos transformadores na área da Colina onde ela mora. Com esses novos transformadores, a sobrecarga de energia diminuiu, e agora os episódios de falta de luz acontecem apenas quando chove.

> *Quando chove muito também a luz também é uma questão aqui, também falta luz quando chove, agora está melhor né? Um tempo pra cá depois reformaram essa rede ali sabe? É a rede nova ficou melhor sabe aquelas caixa, né. Cês viram que tem nos postos e tem umas caixa? Umas bem grande. Botaram mais dois transformador, né? Reforçarem, né? Depois botarem um aqui.. E outro aqui embaixo perto da Iara, né?Botaram o transformador grandão ali. Daí melhorou, mas antes eu sofri. Nossa. Aqui tem poucos que tem relógio, que paga, daí é tudo gato.”” (...)“Nós era acostumado passar o ano novo e o Natal sem luz. É um inferno isso aqui. Ai gente. Não faz muito.Pode ver, esses poste ali é novo, só depois que eles arrumarem que esses poste é novo. Aí ta no meio da ceia, falta luz. Aham, sim. Nossa, então até pouco tempo. Isso atrapalhava a água também. Se faltar luz não tinha uma bomba funcionar.*

A relação de dona Rosa com as infraestruturas de água e energia, com a escassez e a rede alternativa que ela criou para contornar a intermitência de água são reflexos de uma estrutura que torna a produção e manutenção da vida em territórios marginalizados mais difícil de ser vivida, sobrecarregando o trabalho doméstico exercido pela “dona” da casa, influenciando o cotidiano e a rotina de quem torna possível esses arranjos. Apesar de todo este trabalho, no território em que vive, a água e a energia “já estavam” ali quando ela chegou.

Esse cenário é diferente para os vizinhos que moram acima de dona Rosa, quanto mais alto na Colina e perto da trilha da floresta, menos acesso a rede "formal" de água e energia se tem. Nessa parte do território, vemos muitas famílias que assim como dona Rosa, criam redes alternativas de água. A escassez se torna mais presente e a comunidade tem suas demandas de água e energia ainda mais ignoradas.

> *Os morador ali de cima ali é pior ainda, né? tinha gente ali que, bom, eles fizeram protesto, tudo. Mas os motor continua, né?Porque ali pra cima se não tem, os motor ali ninguém tem água. Porque ali é difícil sabe quando não tem água. É dois três dias sem água Ali atrás tem gente que até hoje é difícil.Seguido tu ve né eles com um galãozinho.Depois pra lá. Daí tudo daí ali é tudo clandestino, dali pra cima é tudo água clandestinas. Só que eu acho que isso ali é uma coisa que eles tinham que dar jeito, né? Porque, né, a ali quando falta água, é o pessoal lá em cima, né? Fica dois, três dias sem água.*

Ela conta como são as práticas exercidas pelos moradores "lá de cima", que sofrem com uma força "menor" da rede de água formal do DMAE, a partir da esquina de sua casa, que é onde existem os motores, um do lado do outro, que funcionam para levar água através de várias mangueiras pretas emaranhadas até as casas dos moradores.

Seguindo a mesma lógica de dona Rosa, a necessidade desses motores está no fato da rede de água só chegar até determinada parte do morro, onde não é mais possível se ver adutoras, bocas de lobo, e muitas vezes, nem registro d'água. Dessa forma, se fez necessário buscar uma infraestrutura que conseguisse "dar força" para água "subir", pois quanto mais alto no morro, menos infraestruturas formais disponíveis para a rede de água é encontrada.

Chamamos essa infraestrutura de 'colmeias', em referência às colmeias que produzem o mel das abelhas.

Fonte: Acervo pessoal.

Algumas moradoras, que não mencionarei nominalmente, relataram que a obra foi realizada pelo DMAE anos atrás, mas as mangueiras – que aqui substituem os canos – foram adquiridas pelos próprios moradores. Cada pessoa possui sua mangueira individual e é

responsável por mantê-la. Por se tratar de uma obra antiga, acreditamos que essa 'rede' deveria ter recebido maior investimento nos últimos anos, como a manutenção dos motores ou uma intervenção que canalizasse a água, eliminando a necessidade de mangueiras. Esse material é frágil e, com o uso diário e sem proteção adequada, frequentemente se rompe, deteriora ou arrebenta, especialmente quando os moradores realizam pequenas obras para enterrá-las e atravessá-las para o outro lado da rua. Como o solo é de terra, a passagem constante de carros, as chuvas e as enxurradas expõem as mangueiras, comprometendo ainda mais sua durabilidade. Trata-se de uma infraestrutura vulnerável e suscetível a danos no cotidiano.

Dona Rosa acredita que o DMAE não investe na melhoria dessa rede porque a região é considerada uma 'área de risco', sujeita a deslizamentos, e também por não ser regularizada, já que está localizada em uma área verde. Em outras palavras, o serviço de abastecimento chega apenas até certo ponto, mas, a partir dessa 'fronteira', a relação com a comunidade é mediada pela legalidade ou ilegalidade de intervenções na área. Essa situação reflete uma administração que impõe limites às ações institucionais, mesmo em uma região habitada por indivíduos que participam do processo de produção e manutenção da cidade, mas que seguem sem acesso formal a um direito garantido por lei.

É possível pensar nessa relação desigual que o DMAE tem com a oferta de água através dessa rede de infraestruturas formais e informais, que estão em conexão. É através destas “colmeias”, conectadas nas mangueiras que percorrem as ruas do morro até chegar nas casas, que grande parte dos moradores tem acesso a água.

Nessa realidade, de um lado temos uma obra realizada por uma instituição pública prestadora de serviço, e, do outro, moradores que se articulam para criar infraestruturas que viabilizem o acesso à água. Observa-se que, embora haja participação institucional no processo de abastecimento, esse acesso é considerado 'ilegal', já que os moradores não pagam tarifa de água. Assim, sem um documento que comprove o pagamento pelo fornecimento, a instituição não reconhece formalmente o direito dos moradores de exigir acesso a essa água.

Quando falamos de acesso à água para os moradores que moram no limite entre a comunidade e a floresta do morro, é possível encontrar uma outra infraestrutura no território. Assim como no Morro da Cruz, o DMAE instalou duas caixas d’água na última rua da comunidade, no ponto mais alto, em uma tentativa de contornar minimamente a escassez de água para aqueles que não são contemplados pela rede de água através das “colmeias”. Essas caixas d’água tem uma capacidade de xx/L, elas também funcionam levando água para os moradores através das mangueiras pretas, mas como as caixas ficam em uma altura maior que

o nível das casas, ela vem de cima para baixo, diferente de quem mora mais abaixo no morro que precisa de força para levar a água “para cima”

5.1. OUTRO ARRANJO DO MESMO PROBLEMA

Em diálogo com uma de minhas interlocutoras, uma moradora antiga da região, ela conta qual foi sua relação com a água no território quando chegou aqui, 30 anos atrás. Ela recorda um tempo em que a água não era fornecida pelo DMAE, mas obtida por meio de esforços organizados pela própria comunidade, refletindo as ações e outras formas de organização que atravessavam o território.

De um lado do morro, na Vila Colina, em 1992 chegava a Dona Dora, ela veio para o morro após casar com seu marido, que já estava construindo uma casa na Colina e morava aqui. Segundo ela, foram anos até ter acesso a rede formal de água do DMAE. Quando ela chegou ali, em sua rua haviam poucas casas, a região era definida por ela como "um campão, debaixo da terra tinha pedra, mas tinha grama e muita árvore" e a maior parte dos terrenos que estavam sendo ocupados, pertencia à mesma família que cercava com arames a área e depois vendia "informalmente" os terrenos, visto que os moradores não teriam segurança jurídica pela posse dos imóveis por estarem em uma área verde.

> *Ali era uma moradora que era dona de tudo aquilo ali. Era tudo cercado, cheio de pinheiros. Até no Natal as pessoas iam ali, pediam galhos de pinheiro pra enfeitar as casas. Do Tucano pra baixo ali, assim, ó, era um gramadão.*

Dessa forma, tanto a água como a energia elétrica eram - e de certa forma, continuam sendo - serviços públicos que mesmo sendo essenciais, eram extremamente precários. As casas da região também contavam com uma infraestrutura precária, frequentemente sendo casas de madeira pequenas, com um quarto e sem muros.

Então, tanto para acessar água e energia elétrica, quanto para habitar uma casa, foi por meio das mãos dos próprios moradores que se foi possível isso. As ruas, as casas, as redes de água alternativa - não proveniente pelo DMAE- energia e as demais infraestruturas, são construídas e remendadas pela própria população, ainda que com parâmetros distintos dos estabelecidos pelos órgãos públicos.

Nesse sistema improvisado, ela destaca o papel de Seu Hênio, que era o responsável por garantir o acesso à água para as pessoas da comunidade por meio de um poço localizado em seu terreno. Ele morava em um terreno bem grande, uma "chacrinha" como a dona Dora disse, pois ele também foi um dos primeiros moradores do território.

Seu Hênio, além de disponibilizar a água de seu poço, manuseava-o de uma forma que pudesse garantir água para todos da rua, manipulando infraestruturas que juntas construíram uma rede alternativa de água na comunidade. Ele capturava água do poço através

de um pequeno motor, que era conectado a uma mangueira de borracha, frequentemente utilizada como uma forma de substituição de canos.

Manuseando a mangueira e utilizando a 'força' proporcionada pelo motor conectado ao poço, ele percorria as casas dos vizinhos, uma por uma, para verificar quem precisava de água.

> *a gente fez tudo, a instalação de água, só que antes não tinha água do DMAE. Tinha o seu Hênio ali que morava lá embaixo, ele era responsável para encher as caixas d'água. Ele vinha, ele ligava a água que ele tinha lá, o motorzinho dele, que era num poço, ele ligava o motorzinho e esse motorzinho trazia água.*

Para armazenar a água fornecida pelo seu Hênio, os moradores precisavam de uma caixa d'água, ainda que não estivesse instalada. No entanto, muitos não possuíam essa infraestrutura em suas casas na época e, por isso, utilizavam baldes, vasilhas, garrafas e outros recipientes para guardar a água. Esses reservatórios improvisados permitiam que cada morador gerenciasse a água disponível conforme as necessidades de suas atividades cotidianas.

> *Porque como é que daí se tu não tivesse a caixa, tu não ia ter água.Por necessidade, porque como é que tu ia ter...Às vezes as pessoas nem instalavam a caixa, deixavam no chão, em algum lugar, que tivesse pra ele colocar água, né?*

Ou seja, mesmo que a realidade da época não permitisse adquirir uma caixa d'água, os moradores encontravam outras formas de armazenamento para garantir que teriam água.

A distribuição de água era feita com "cuidado", visto que a única água que todos tinham acesso era aquela que vinha do poço desse morador que era considerado, conforme relato de minha interlocutora, como uma liderança comunitária antes mesmo da fundação da Associação da Colina do Prado, que, anos mais tarde, veio a se transformar em uma cooperativa. Embora o seu Hênio andasse por todas as casas para garantir que todos tivessem acesso a água, quando percebia que determinado morador não utilizou a água que ele abasteceu no dia anterior, ele pulava esse morador e passava para o próximo, e só voltaria a abastecê-lo quando ele "precisasse".

> *Aqui não tinha grade, não tinha nada, né? Era tudo aberto. Então, se ele passasse aqui e visse minha caixa, que já encheu, estava vazando, ele entrava e desligava o registro no cano. Quando ele ligava lá, ele já andava de rua em rua olhando todas as caixas. Começou a pingar a minha que eu não vi, ele mesmo entrava ali e desligava o registro. A comunidade aqui, a gente comprou um motorzinho e ele ligava o motor pra bombear a água de casa em casa. Aí todos tinham as suas caixas, ele vinha, ele passava nas caixas, 'ó, já encheu tua caixa?'. Desliga, vamos passar pro outro.*

É importante analisar essa percepção do que é a “necessidade” de seu Hênio, pois, de certa forma, esse papel de “homem da água” lhe dava um micropoder sobre as infraestruturas relacionadas à água disponíveis no território. Isto é, como lhe era confiado a função de abastecer a água para os moradores, ele tinha autoridade para entrar nos pátios, desligar registros quando caixas d’água já estivessem cheias e até mesmo não abastecer determinados moradores, se eles não contribuíssem com uma taxa de R$ 10,00 reais ao mês. Ele exercia um papel de ofertar/prestação de serviço, ele tinha um produto que todos precisavam, e para ter, era necessário pagar, como a dona Dora disse “*Ele cuidava dessa água, a gente pagava pra ele*”. Seu Hênio estabeleceu uma relação com cada morador, articulando com cada um o dia para o pagamento a depender de quando o morador recebesse seu salário. Após o pagamento de cada morador, ele emitia um “recibo” que funcionava como um comprovante do pagamento pelo serviço.

Em outros estudos sobre o acesso à água em comunidades, é possível observar a presença de atores semelhantes, que articulam as infraestruturas de abastecimento disponíveis para garantir o fornecimento de água, criando sistemas cooperativos, como as sociedades de água no Rio de Janeiro." (Gonçalves; Silva; Pereira, 2019).

Caso um morador não pagasse um mês, pedisse “fiado” da água - ou seja, primeiro o seu Hênio abasteceria a água e o morador pagaria no próximo mês, junto com a taxa do mês subsequente- e no próximo mês não pagasse o seu Hênio, ele não abasteceria mais a casa daquele morador.

Ademais, ainda que o valor de R$ 10,00 reais em uma conta de água hoje em dia, para muitas pessoas, seja um valor irrisório, dona Dora achava um valor elevado para época, comparando que, para ela, esse valor é como se fosse R$ 100,00 reais hoje em dia.

> *Aquela época, olha, acho que era 10 reais e naquela época 10 reais não era que nem agora, era como se fosse 100 reais. 30 anos atrás era como se fosse 100 reais agora. (...) Então, todos os moradores, ele passava, chegava dias...Cada morador tinha o dia, né? Ah, eu recebo tal dia. Ele passava, a gente pagava e ele dava o recibo. Todo mês, todo mês. E quem não pagava, ele não botava água na caixa. Um mês, passava pro outro, já não pagou, já o segundo, aí ele não botava água, né?*

Embora existisse o ganho real do seu Hênio com a distribuição de água na comunidade, esse valor também servia para pagar reparos no motor que puxava a água do poço. Nessa época, essa região da Colina ainda não tinha energia elétrica “formal”, ela chegava até um mini mercado conhecido no território como “Didio”, que era onde ficavam três relógios da CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica). Através desses relógios, cada morador “puxava” um fio de luz até determinada altura do morro, onde esses fios se

encontravam com outros, formando uma capilaridade de fios de luz emaranhados. Dessa forma, com mais pessoas "puxando" a rede de energia que não era suficiente para a região que utilizava os relógios dos moradores que moravam no "pé" do morro, a luz sobrecarregava e quedas de energia eram muito comuns. Sem energia elétrica, o motor que bombeava a água do poço para os moradores não podia ser ligado. Além disso, quando as constantes quedas de energia causavam o superaquecimento e a queima do motor, seu Hênio precisava viajar até a cidade de Guaíba para tentar consertá-lo. Nessas situações, os moradores enfrentavam dois problemas: (i) a ausência de Hênio em casa, o que impossibilitava o acesso ao poço, já que ele era essencial para operar o sistema, e, sem reservas de água, os moradores ficavam desabastecidos; e (ii) quando o motor permanecia em Guaíba por alguns dias para reparo, o abastecimento de água precisava ser conduzido de maneira diferente.

Se em um primeiro momento o seu Hênio que era responsável por ir de casa em casa conferir se todos tinham água, quando o motor não estava no morro e a captação de água tinha que ser feita de maneira manual, ele avisava que cada um tinha que pegar seu balde ou galão e ir até a casa dele e se encarregar de "produzir" sua própria água.

> *Faltava muita, muita energia. Naquela época faltava muita luz. Não é que faltava. Como a luz era...Todos os moradores usavam dois, três relógios lá.Então Caía o disjuntor lá na caixinha lá embaixo.Alguém tinha que ir lá, ligar o disjuntor pra poder ter luz...E quando faltava luz, ele não podia ligar o motorzinho dele pra vir água, né?*

Entretanto, como muitas famílias contavam com a disponibilidade de seu Hênio de ir até suas casas para abastecer as caixas d'água, essa rede alternativa de água fez com que algumas mulheres que eram "donas de casa" , ou seja, responsáveis pelas práticas das atividades domésticas e pela manutenção destas, tivessem que ser igualmente responsáveis pela divisão de seu tempo voltado às atividades cotidianas e cuidado dos filhos, para ir até a casa de seu Hênio com baldes para captar a água. Logo, a divisão de tempo diário que cada atividade doméstica demandava, como lavar roupa, a casa, dar banho nas crianças, produzir alimentos, se dava em função da quantidade de água disponível para a realização de cada tarefa.

Com a água armazenada, as moradoras conseguiam gerenciar sua distribuição entre as diferentes tarefas, organizando o tempo necessário para cada atividade dentro das horas disponíveis no dia. No entanto, quando o motor do poço queimava, a necessidade de buscar água diretamente no poço, muitas vezes carregando baldes e acompanhadas pelos filhos, impactava significativamente sua rotina, prejudicando o andamento de outras atividades diárias que dependiam dessa água. As práticas cotidianas dessas mulheres eram impactadas

por um efeito dominó. Inicialmente, a falta de garantia de energia elétrica regular, consequência da condição de 'informalidade' em que vivem, levava os moradores a se apropriarem da infraestrutura existente, utilizando fios de energia puxados para suas casas. No entanto, esses fios frequentemente queimavam devido à sobrecarga, incapazes de atender a todas as demandas. Como resultado, o motor do poço operado pelo seu Hênio também acabava queimando, interrompendo o processo de bombeamento da água. Isso obrigava as responsáveis pelas casas a reorganizarem suas rotinas para encontrar maneiras alternativas de acessar a água disponível, adicionando mais desafios ao seu cotidiano. Como afirmam Silva e Cabral (2023), tomando como base o modelo tradicional de família, ou a família nuclear- aquelas formadas a partir da relação homem-mulher - o papel na família e papel doméstico são assumidos inteiramente pelas mulheres e o papel de “provedor” é atribuído aos homens (HIRATA; KERGOAT, 2007). Dessa forma, fica a responsabilidade da mulher prover água para o consumo de todos na casa, não só de suprir, mas também de desempenhar outras atividades que dependem do seu uso. Neste contexto, este dominó que afeta todas essas materialidades que construíam uma rede alternativa de água para a comunidade, termina atravessando o cotidiano das mulheres, como afirma a dona Dora:

> *A dora veio com três crianças pequenas. Tinha que carregar água lá de baldinho lá embaixo. Era bem melhor do que tu ir cada vez lá embaixo buscar água, né? Era um decidão, né? Então era difícil de pegar água, era difícil mesmo. Criança pequena, naquela época ninguém usava fralda descartável. Era fralda de pano, não tinha uma máquina de lavagem, não tinha, né, porque a luz aqui era...vinha lá debaixo também, era um relógio, dois relógios lá embaixo. Dali a gente puxava o fio. Cada um puxava o seu fio pra cá. Aí, eu puxava o meu até uma altura. Ia botando os postes, puxava. O que que o outro fazia? O outro pegava, emendava um fio naquele fio, puxava pra casa. O outro emendava. Então era assim, ó. Quando arrebentava um fio...Era geral.*

Pessoas que vivem a partir de conexões “clandestinas” de água e energia, são frequentemente percebidas como "roubando" recursos e causando prejuízos ao sistema de abastecimento (Duarte, 2023). No entanto, é necessário inverter essa lógica e considerar que talvez seja o Estado que possua uma dívida com essas comunidades, considerando a quantidade de trabalhos infraestruturais fornecidos informalmente pelos próprios moradores, sem qualquer tipo de remuneração (Idem). Se a água não chega até a casa dos moradores pela infraestrutura formal dos canos, as pessoas se transformam nessas infraestruturas ao buscar água de diferentes maneiras (Simone,2004;Truelove;Ruszcyk, 2022;Macedo, 2024). Nesse contexto, a família de dona Dora, assim como muitos outros moradores, enfrentava constantes quedas de energia, seja devido à sobrecarga nos fios, seja pelas chuvas que causavam a queima dos disjuntores. Nessas situações, o marido de dona Dora utilizava um cabo de vassoura para alcançar o fio de luz de sua casa e seguia morro abaixo, verificando onde havia ocorrido a interrupção e se seria possível resolver o problema. Quando o problema não era o rompimento de fios, dona Dora sentia alívio, pois, em casos de rompimento, era comum que vários fios se partissem ao mesmo tempo, já que costumavam estar emaranhados uns nos outros.

> *Quando chovia, o Dorival cansou de pegar um cabo de vassoura, dia de chuva e indo pra ver onde é que tava o teu. Aonde que tava o teu fio que se arrebentou ou qual que era o teu fio pra te arrumar. Só que a gente teve muita força de vontade pra ficar aqui porque foi difícil. Não tinha máquina de lavar porque não podia ter luz. O chuveiro, se tu ligava o chuveiro ou se o vizinho ligava, caía tudo, a chave.*

Dona Dora nos contou que não era comum a prática de furto de infraestruturas relacionadas à água, mas esse cenário mudava quando se falava em energia elétrica “ *Agora, o fio de luz, sim, né? Sempre um roubava do outro.”*

Diante dessa realidade, o furto de fios de energia se tornou uma prática muito comum na comunidade, devido a necessidade de substituição. Além disso, esses fios representam um valor comercial, visto que eles têm cobre em seu material, que é um metal valioso e altamente procurado no mercado da reciclagem. Quando ocorre o furto desses materiais, esse cobre é retirado dos fios e vendido para recicladores ou ferros-velhos, gerando lucro.

Essa dinâmica evidencia como o acesso precário às infraestruturas cria uma série de problemas cotidianos que exigem soluções improvisadas, muitas vezes envolvendo riscos e atos considerados ilegais. Como observou O'Donnell (2023), as infraestruturas possuem uma vida social que se manifesta tanto em suas materialidades quanto nos usos e significados que adquirem nas práticas cotidianas. Assim, os fios elétricos não são apenas um recurso técnico, mas também um objeto de disputa, negociação e sobrevivência nas comunidades periféricas.

Esse mesmo contexto de precariedade pode ser observado na forma como a dona Dora lida com o uso de chuveiros elétricos.

> *Aí era chuveiro. O chuveiro da caixa d'água. Era bem fraquinho. Queimava o chuveiro, porque daí tu ligava o chuveiro, tinha que ter pressão pra descer no chuveiro. Então não tinha. Aí tu ligava o chuveiro, forçava muito a luz. Queimava, queimava o chuveiro.*

Dessa forma, é possível observar como a sobrecarga da rede elétrica doméstica e a baixa pressão da água - que era oriunda do poço de seu Hênio- causam problemas recorrentes, como a queima de chuveiros, forçando os moradores a lidar constantemente com a manutenção ou substituição desses equipamentos.

Essa relação entre a escassez de água e as sobrecargas elétricas revela o caráter processual e multiescalar das infraestruturas, em que questões técnicas, sociais e econômicas se entrelaçam. O tempo, nesse contexto, desempenha um papel central, já que a repetição desses problemas cotidianos faz parte da vida dos moradores e exige deles um trabalho contínuo de adaptação e improvisação. Como argumenta Das (2012), o cotidiano é um espaço de negociações constantes, em que pequenos gestos e práticas que parecem insignificantes, expressam compromissos éticos e modos de sobrevivência diante das dificuldades.

Esses compromissos não se revelam em momentos privados ou em grandes conflitos, mas no "gotejar" das miudezas diárias — as negociações no território, as tensões que atravessam a rotina das mulheres, os conflitos silenciosos, está presente em cada pequena interação, nos detalhes rotineiros da vida cotidiana.

Ela argumenta que o tempo desempenha um papel ativo nesse processo, funcionando como um agente transformador que tanto constrói quanto destrói os mundos sociais. Ele atua sobre a vida das pessoas, moldando relações, redes sociais e até as formas como lidamos com violências. Cada experiência cotidiana, ao longo do tempo, acumula significados que ajudam a construir — ou a desmoronar — os mundos que habitamos. Dessa forma, não se refere necessariamente em como as pessoas convivem em situação de desigualdade a partir das materialidades, mas sim, em como é feita a produção dessa rotina a através de práticas, gestos e como as mulheres dentro deste contexto buscam “dar conta de tudo” envolvendo cuidados e ajustes constantes frente às precariedades infraestruturais.

Nesta produção do cotidiano, dona Dora reflete como era a realidade do gerenciamento da água, abastecida pelo poço do seu Hênio, e como era feita a distribuição das tarefas da casa conforme a quantidade de água armazenada que tinha. Ela conta como era necessário racionar a água, e como toda água, mesmo que utilizada, ainda tinha um uso dentro das outras atividades domésticas.

Mesmo as moradoras que possuíam máquina de lavar enfrentavam limitações, já que muitas vezes não tinham uma instalação adequada para utilizá-la. Assim, um processo que, em teoria, deveria ser automatizado acabava exigindo mais etapas do que simplesmente colocar as roupas, o sabão e apertar um botão. Para encher a máquina, era necessário usar baldes para retirar água da caixa d'água ou de outro tipo de armazenamento e despejá-la manualmente. Além disso, durante a centrifugação, o cano da máquina era direcionado para outro balde, onde a água utilizada no ciclo de lavagem era coletada. Essa água com sabão, por sua vez, era reaproveitada para limpar o chão, o pátio ou outros espaços da casa.

> *Sempre economizando, porque aí a roupa era lavada em bacia, quem tinha tanquezinho lavava no tanque, bacia, então foi difícil. Quem tinha máquina, poderia até ter máquina, mas o que tu tinha que fazer? Encher de balde. Não tinha instalação pra água na máquina. Aí enchia de balde. Aquela água que tu usou na máquina, tu jogava no pátio, jogava, aproveitava ela. Aí tirava aquela água, botava num… Quando ela ia centrifugar, largar água, tu botava nos baldes ali, botava o cano dela no balde ali. Se tu quisesse aproveitar aquela água, né? Como a gente sempre aproveitava, né? Era lavar outras coisas, né? Então, aí ela tirava aquela água e tu enchia de novo a máquina com balde." (...)" Pra lavar a louça, né. Pra fazer isso, fazer aquilo. A roupa, né? Lavava a roupa numa água só, todas as roupas, lavava ali, depois torcia ela, botava num outro balde pra enxaguar, enxaguava tudo junto, né? Pra não cada peça, lavar cada peça. Não tem como tu lavar cada peça. Tu botava água num balde ali, botava sabão, botava nem molho ali um pouco, lixava, esfregava. Depois, aquela água que tu usou na roupa, tu jogava no pátio, lavava o pátio, né?*

Mesmo que para determinadas famílias que tivessem máquina de lavar e o esforço empregado para a lavagem de roupas fosse menor do que para aquelas que tinham que "lavar na mão", dada a instabilidade da rede de energia, frequentemente eletrodomésticos queimavam, fazendo com que lavar a roupa e tomar banho resultasse em outro processo, o de dedicar tempo para reparo. Ou seja, a rede de materialidades e infraestruturas agenciadas fora da casa — como a "sociedade", mencionada pelo senhor Hênio, ou os fios de luz "clandestinos" —, embora possibilitassem a realização de determinadas tarefas domésticas, não garantiam o funcionamento pleno da infraestrutura necessária para concluir essas atividades, como lavar a roupa ou tomar banho. Além disso, essa mesma rede, em sua precariedade, podia ainda causar danos às infraestruturas existentes. Sendo assim, a procura por uma diversidade de eletrodomésticos não existia, visto que seria necessário desempenhar muito mais cuidado para garantir que não estragassem. De tal modo, até o ato de tomar banho poderia queimar o chuveiro.

> *E máquina, quem tinha máquina não podia, às vezes, usar a máquina. A luz era muito fraca. Ou queimava ou não funcionava, porque a luz era muito fraca." (...) "E o chuveiro? Nossa! O chuveiro é o que mais queimava, porque as outras coisas que nem...A gente não tinha micro-ondas, não tinha forninho elétrico.O que a gente*

> *tinha? Uma televisão e uma geladeira. Então, o chuveiro sim, como ele puxava mais energia, Ele queimava, a água era muito fraca. Então, ele queimava, queimava o chuveiro.*

Essa realidade começou a mudar quando os moradores transformaram problemas antes vividos individualmente em demandas coletivas, organizando-se para pressionar o poder público por melhorias na comunidade. Esse movimento pode ser compreendido a partir do conceito pragmatista de ação coletiva desenvolvido por Cefaï (2017). A busca por soluções para questões do cotidiano ultrapassa os esforços individuais e envolve a construção de redes de mobilização comunitária. Essas ações emergem de necessidades concretas e revelam como a coletividade se organiza de maneira pragmática para enfrentar desafios locais e exigir respostas do poder público. Ao tornar públicos esses problemas, convertendo questões privadas e domésticas em reivindicações coletivas, os moradores demonstram que a ação política não se limita a grandes ideais, mas também é impulsionada por práticas cotidianas que buscam garantir condições básicas para a sustentação e continuidade da vida.

Dessa forma, conseguindo alcançar representações políticas e o DMAE, em 1997/1998 construíram o reservatório de água da Colina, que serviria para abastecer a região. Conforme foi feita a instalação do reservatório, já foram instalados os registros de cada morador para que fosse possível levar água para suas casas. Esse reservatório fica do outro lado da rua de dona Dora, quase em frente a sua casa.

> *Isso foi até...92, até 2000 e...2005, por aí. Então, até 2005, a água era feita assim, até 2005. A gente luz não tinha também. Então, era tudo precário, né? De tantas reuniões e políticos, conseguiram trazer água encanada pra cada morador. O DMAE assumiu, começou a botar canos nas ruas, daí cada um com o seu relógio, e daí foi que o DMAE tomou conta da água, né, pra trazer. Aí construíram essa caixa d'água ali, que tem uma caixa d'água ali, construíram aquela caixa, o reservatório, né, e daí foi assim que daí todos conseguiram ter casas, água encanada para dentro de casa.Mas até então, foi muito difícil." (...) "Cada um com o seu em casa e já fizeram a canalização dos canos nas ruas.Pra já cada um ter o seu registro.Desde que colocaram o registro já vem, já tá sendo paga a água e tá tudo, agora a luz já tá tudo, mas demorou né, porque tá louco.*

Nessa época, a associação da comunidade começou a se estruturar melhor, elegeram um "líder" comunitário, que passou a responder e representar a comunidade frente ao processo de ampliação da rede de água no território. Depois que eles conseguiram trazer a instalação de rede de água para a vila, a comunidade também conseguiu trazer a rede de energia.

> *Aí já começaram a criar um grupo pra associação, né? Que seria o Dorley e mais alguém assim pra trabalhar, né? Pra fazer isso aí. Daí eles começaram CEEE, começaram a ir no DMAE, daí que começou a subir a água.Primeiro veio a água.*

> *Primeiro foi a água. Depois a luz. Depois a luz começou, daí cada um tinha que colocar o seu poste, cada um tinha, né? Então, depois foi a luz.*

Esse processo foi conduzido gradativamente, rua por rua. A instalação dos canos e dos registros nas casas seguia uma ordem: começava pelas ruas principais e, em seguida, alcançava as ruas paralelas. Com a chegada da rede 'formal' de água, a antiga rede 'alternativa' de seu Hênio começou a perder relevância, até deixar de ser utilizada pela comunidade. Aos poucos, o interesse dos moradores pela rede alternativa desapareceu. Essa transição se explica, em grande parte, pelo esforço exigido para manter e coordenar a rede improvisada, que demandava uma complexa articulação de materialidades para garantir o acesso à água. Além disso, essa rede exercia uma influência direta sobre as atividades domésticas, muitas vezes complicando sua execução. Em contraste, a nova rede formal trouxe maior praticidade, permitindo que a água chegasse às torneiras de forma mais 'automatizada' e simplificada.

> *Não, foi de ruas, né? Não foi aquela coisa assim, acabou tudo. Foi indo aos pouquinhos, né? Vieram botando nas principais, depois foi botando nas travessas. E depois que todos estavam com água, o hênio parou de abastecer. Afetou o comércio do Seu Hênio.*

Antes, rotina de dona Dora girava em torno de fazer a água circular dentro de casa e garantir que ela fosse suficiente para realizar suas tarefas domésticas, como na época em que utilizava a rede alternativa de seu Hênio ela era cuidadora de crianças e seu marido trabalhava fora de casa, era de sua responsabilidade administrar esses usos da água. Como sua renda vinha de seu trabalho que era cuidar de crianças em casa, ela utilizava mais água para produzir alimento e lavar a louça - ainda que não cuidasse da higiene pessoal das crianças, o gasto de água era maior para produção das refeições e limpeza dos recipientes -

Hoje, com a nova rede de água, a dona Dora pode dizer que mudou sua percepção em relação à água. A forma de “fazer” a água se tornou menos manual, com menos etapas.

> *A louça e coisa é diário, né?E a roupa eu não lavo muito, assim, não é todo dia que eu lavo. Lavo duas vezes por semana, porque meu marido usa uniforme. Eu uso uniforme de serviço. É só nós três. Minha máquina é grande, então não vai botar duas pecinhas de roupa ali, né? Aí eu deixo ali, dois, três dias, aí eu lavo. Mas a louça é diária, né? De manhã, de tarde, de noite. E a roupa, sim, não é todo dia que eu lavo.*

A família de dona Dora não tem o hábito de comprar água para beber, somente quando falta. Dentro de casa, ela tem alguns cômodos ligados a caixa d’água e outros abastecidos direto pela rede da rua, sem que a água passe pela caixa. Dessa forma, para alimentação, ela usa a água que não vem da caixa. Quando falta a água, os cômodos que estão ligados direto na

rede da rua ficam sem água, como os chuveiros dos banheiros. Um desses banheiros era para a mãe de dona Dora (I.M) que também ficava sem água pela caixa não ser conectada no chuveiro, somente no vaso sanitário. Nessa situação, sua família decide tomar banho de "canequinha" ou balde. Dessa forma, é possível perceber que mesmo com a rede formal se ampliando, a falta de água ainda ocorre.

> *É boa. Até tem gente, ah, compra água. Eu nunca precisei comprar água. Pra tomar, nada, pra nada. Só quando falta água, né? Que nem a gente tem caixa d'água. a caixa d'água, ela é limpa, mas mesmo assim, pra tomar, como ela fica… Quando falta água, a gente compra água pra tomar, fazer comida, mas pra banheiro ali, a gente usa essa da caixa mesmo, mas só porque é da caixa que fica ali, mas que nem vem os canos, que a minha água, ela vai lá, enche a caixa d'água, a boia, quando ela encheu, ela tranca, mas eu tenho que vem direto da rua, o chuveiro, na cozinha e no banheirinho lá em cima, que ela vem direto e na máquina de lavar tudo lá, que vem direto. Então, se eu quero tomar uma água, eu posso pegar de qualquer dessas aqui que não passou na caixa d'água lá.Na caixa d'água lá é só no banheiro, na descarga, que é bom deixar no banheiro ali na pia, e na peça da mãe lá que vem direto da caixa d'água. Falta água não tem chuveiro. É banho de balde, né? É banho de canequinha.*

Quando questionei se dona Dora sentia essa falta da água, ela disse que estava sentindo de maneira frequente. Desde novembro de 2023, quando dona Dora acordava de noite para beber água, ela descobriu um indicador para monitorar essa falta. Dentro de sua casa, um dos canos da rede de água leva para um filtro que "purifica" a água que vem da rede. Quando ela ia servir água desse filtro, ela percebia que não funcionava, a água não vinha. Assim, ela descobriu um padrão, entre meia-noite até as 7h da manhã do dia seguinte, não havia água. Segundo o DMAE, quando ocorre a falta de água esse é o horário em que a temperatura declina e o consumo da água diminui, normalizando o abastecimento. Entretanto, não é o que acontece. É interessante notar que mesmo contando com um reservatório de água na frente de sua casa, a falta de água seja uma coisa tão comum. Se morando na frente do reservatório a dona Dora sofre com a intermitência de água, o que sobra para o resto da comunidade? Que padrão de abastecimento esperar?

> *Eu tô percebendo todo dia. Desde novembro, dezembro, eu acho. Que são da rua, sim. Que são da rua, sim. Ah, eu sempre digo pra todo mundo, ó, já tome banho que daqui a pouco falta água. Mas eu percebo, porque eu tenho o filtro ali, que eu tenho água, que ele vem direto da rua e passa pelo filtro. Daí quando eu vou tomar água, às vezes de madrugada eu levanto, né? Porque às vezes me dá sede, eu vou ligar e o filtro não tem água. Eu percebo lá, falta água. Também de noite, de noite a meia-noite.Meia-noite não tem água até as 7 da manhã, 6 e meia, 7 horas.*

As trajetórias de Dona Rosa e Dona Dora revelam que, apesar de suas diferenças de origem, trabalho e organização familiar, ambas mulheres compartilhavam a experiência de viver em um território onde o acesso à água era incerto e dependia de soluções criadas a partir de suas próprias iniciativas. Essa conexão evidencia como a falta de infraestrutura pública força os moradores, principalmente as mulheres, a adaptarem suas práticas e rotinas para garantir o mínimo necessário para a sobrevivência de suas famílias.

Enquanto Dona Rosa, com suas lembranças e habilidades desenvolvidas no campo, trazia uma lógica de armazenamento e economia da água, Dona Dora, inserida no contexto urbano desde cedo, lidava com o cotidiano da precariedade utilizando estratégias voltadas à administração dos recursos no momento imediato. Em ambos os casos, essas práticas eram realizadas no âmbito doméstico, mas ressoavam na organização informal do território, uma vez que dependiam e, ao mesmo tempo, alimentavam as redes informais de abastecimento de água que conectavam os moradores.

6. CONCLUSÃO

O estudo sobre as infraestruturas e as dinâmicas sociais relacionadas ao abastecimento de água na Vila Colina do Prado revelou como a precariedade dos sistemas urbanos reflete e amplifica desigualdades socioeconômicas, de gênero e espaciais. O território, situado na periferia de Porto Alegre, exemplifica um padrão comum em muitas cidades brasileiras, onde a ausência de políticas públicas efetivas e a negligência do poder público criam cenários de vulnerabilidade que exigem respostas criativas e adaptáveis das populações locais.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que as infraestruturas urbanas, longe de serem meramente técnicas ou físicas, são profundamente marcadas por relações sociais, econômicas e políticas. Na Vila Colina, a convivência entre sistemas formais e informais de abastecimento de água demonstra como as práticas cotidianas dos moradores – especialmente das mulheres – têm papel central na manutenção e sobrevivência da comunidade. A precariedade estrutural, expressa pela intermitência no fornecimento de água e pela ausência de saneamento básico, exige dos moradores soluções que transcendem os limites das infraestruturas convencionais, levando à criação de redes alternativas baseadas em materiais reutilizados, trabalho coletivo e estratégias de cuidado.

Essas práticas cotidianas reforçam a ideia de que as infraestruturas não são apenas artefatos técnicos, mas também produtos sociomateriais que refletem desigualdades estruturais. Como apontado por autores como Mbembe (2018) e Butler (2015), a precariedade das infraestruturas urbanas é uma ferramenta de exclusão que, ao restringir o acesso a recursos essenciais, como a água, expõe certas populações à vulnerabilidade extrema. Essa lógica necropolítica, evidente nas dinâmicas da Vila Colina, transforma a gestão da água em um campo de disputa por sobrevivência e dignidade.

O papel central desempenhado pelas mulheres na gestão da água também trouxe à tona as dimensões de gênero que atravessam a precariedade urbana. Na Vila Colina, elas assumem a liderança na organização comunitária, na busca por soluções para a escassez de água e na manutenção da coesão social. Esse protagonismo feminino é tanto uma resposta às demandas práticas impostas pelas condições do território quanto uma manifestação da lógica do cuidado, que sustenta a sobrevivência das famílias e da comunidade em um contexto de negligência estatal. Contudo, essa centralidade também reforça desigualdades de gênero, sobrecarregando as mulheres com responsabilidades não remuneradas e invisibilizadas.

Esse trabalho cotidiano, frequentemente invisibilizado, é fundamental para o funcionamento da comunidade e para a reprodução da vida nos territórios periféricos. A

lógica do cuidado, como observada na Vila Colina, transcende o espaço doméstico, englobando também práticas de gestão comunitária que garantem o acesso mínimo à água e a manutenção de infraestruturas improvisadas. As mulheres, ao assumirem essas tarefas, não apenas sustentam a sobrevivência das famílias, mas também constroem redes de solidariedade que fortalecem os laços comunitários e permitem uma organização coletiva para enfrentar as adversidades.

Apesar disso, essa sobrecarga reflete e reforça um ciclo de desigualdades estruturais que atravessa gênero, classe e raça. A precariedade das infraestruturas na Vila Colina evidencia como os territórios periféricos estão relegados à margem das políticas públicas e submetidos a processos de exclusão que condicionam a qualidade de vida de seus moradores. Essa negligência histórica, que permite que áreas como a Vila Colina sobrevivam por meio de redes informais e soluções criativas, revela a ausência de um planejamento urbano inclusivo e eficiente, capaz de atender às demandas básicas das populações mais vulneráveis.

Outro aspecto importante evidenciado por esta pesquisa é a forma como a produção do espaço urbano na Vila Colina é marcada pela coexistência de sistemas formais e informais de infraestrutura. O abastecimento de água, por exemplo, depende tanto da rede formal, composta por estações de bombeamento e reservatórios do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), quanto de redes informais, criadas e mantidas pelos próprios moradores, utilizando mangueiras, motores e outras adaptações. Essa dualidade reflete não apenas a insuficiência do sistema formal, mas também a capacidade dos moradores de se organizarem e encontrarem alternativas para atender às suas necessidades básicas.

A interseção entre esses sistemas formais e informais cria dinâmicas sociais e espaciais únicas, nas quais os moradores se tornam protagonistas da gestão dos recursos que garantem a sobrevivência no território. No entanto, essa autogestão forçada também evidencia a ausência do Estado e a falha das políticas públicas em garantir condições dignas de vida para todos os cidadãos. A negligência estatal não apenas agrava as desigualdades existentes, mas também coloca em risco a saúde e o bem-estar das populações periféricas, ao expô-las a sistemas improvisados que, embora funcionais

Essa convivência entre as redes formal e informal reforça a fragmentação socioespacial das cidades, onde os serviços básicos são desigualmente distribuídos, privilegiando áreas centrais em detrimento das periferias. Na Vila Colina, a precariedade é sentida tanto na dificuldade de acesso regular à água quanto nas implicações sociais e ambientais dessa escassez. A falta de saneamento básico, a necessidade de improvisar redes

alternativas e os riscos associados a essas práticas demonstram como a infraestrutura precária opera como um mecanismo de exclusão e vulnerabilização.

A análise das práticas de cuidado e organização comunitária nesta comunidade também revela como os moradores, especialmente as mulheres, desafiam essa exclusão ao construir estratégias de sobrevivência que vão além da adaptação às condições adversas. Essas práticas configuram-se como formas de resistência que, mesmo em contextos de precariedade, reafirmam o direito à cidade e denunciam as desigualdades estruturais que perpetuam a marginalização dos territórios periféricos.

Além disso, a pesquisa reforça a necessidade de compreender as infraestruturas urbanas não apenas como estruturas técnicas, mas como processos sociomateriais que refletem relações de poder e disputas territoriais. Na Colina, a precariedade do sistema de abastecimento de água é um exemplo claro de como as infraestruturas podem ser utilizadas como ferramentas de controle social, limitando o acesso a direitos básicos e expondo determinadas populações a condições de vulnerabilidade. Essa realidade evidencia o papel central das infraestruturas na produção de desigualdades urbanas e na perpetuação de condições de precariedade que afetam diretamente a vida cotidiana dos moradores das periferias. Por fim, o estudo da Vila Colina lança luz sobre a importância de políticas públicas que considerem as especificidades das populações periféricas e suas dinâmicas territoriais. É fundamental que as políticas de saneamento e infraestrutura reconheçam a centralidade das mulheres na gestão dos recursos comunitários e promovam ações que reduzam as desigualdades de gênero, classe e raça. A universalização do acesso à água e ao saneamento básico deve ser acompanhada de medidas que fortaleçam a organização comunitária e garantam a participação efetiva dos moradores na formulação e implementação das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciana Maselli Furquim de. ***Saneamento básico e favelas: fatores associados à presença de água e esgoto em territórios vulneráveis*** . 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Insper, São Paulo, 2022.

BARBOSA, Mônica Teles. **Gestão de Água e o Papel das Mulheres no Semiárido Brasileiro: Aspectos legais, socioculturais e políticos**. Monografia (Especialização em em Gestão e Tecnologias do Saneamento). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro. p.62. 2016.

BASTOS, M. O. e SOARES, M. de F. G. (1993). Urbanização de favelas. In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**, ano VII n° 3. Rio de Janeiro. p.45-58, 25 ago. 2022. Semestral

BRASIL. Adriana Rodrigues Cabral et al. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (org.). **Relatório de Avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico: ano 2014**. Brasília, 2015. 158 p. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/relatorio_anual_avaliacao_plansab_2014_15122015.pdf. Acesso em: 04 de jan. de 2025

BRITTO, Ana Lucia; REZENDE, Sonaly Cristina. A política pública para os serviços urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil: financeirização, mercantilização e perspectivas de resistência. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 19, n. 39, p. 557-581, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017- 3909. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cm/a/q9kkcrHNDwXJC5ZxKWVc5jK/?lang=pt.

BUTLER, Judith. Vida Precária. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019b.

Cefaï, Daniel, Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva.Dilemas - **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 2, núm. 4, abril-junio, 2009, pp. 11-48. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil

COCKBURN, Julio Abel Calderón. **Los Pobres Urbanos y La Propriedad: políticas y resultados. Madrid**: Editorial Académica Española, 2013. 160 p.

CONDE, Luiz Paulo; MAGALHÃES, Sérgio. **Favela-Bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2021. 491 p.

CORDEIRO, M. S. S.. A devoção vaishnava e os conceitos de ordinário e cotidiano: Comentário a partir de Textures of the Ordinary. **Mana**, v. 29, n. 2, p. e2023027, 2023.

Cordeiro, R. L. M. et al. Mulheres e água: a experiência da rede de mulheres rurais da América Latina e do Caribe. **Revista Anthropológicas**, v. 23, n. 1, p. 160-178, 2012.

CORREIO DO POVO. MPC pede multa contra ex-prefeito de Porto Alegre por gestão do Dmae. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/mpc-pede-multa-contra-ex-prefeito-de-porto-alegre-por-gest%C3%A3o-do-dmae-1.1068208>. Acesso em 06 de jan. de 2025.

DMAE, Cores. A falta de avanço no saneamento básico de Porto Alegre tem uma causa principal: a Prefeitura não investe e interfere no DMAE para justificar a privatização. Revista da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre (ASTEC). Porto Alegre. Disponível em: <https://www.revistadaastec.inf.br/dmae-falta-de-avanco-no-saneamento-basico>. Acesso em: 06 jan. 2025.

DENALDI, Rosana. Santo André: urbanização de favelas. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 4, n. 4, p. 7-20, out. 2004. Disponível em:

DUARTE, Ana Clara Chequetti da Rocha. **Ruínas olímpicas e a destruição infraestrutural como modo de produção da cidade: uma etnografia da vida social do teleférico da Providência**. 2024. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2024.

FREIRE, Lucas Magalhães. **A *gestão da escassez*: uma etnografia da administração de litígios de saúde em tempos de 'crise'.** 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FURIGO, Renata de Faria Rocha; SAMORA, Patrícia Rodrigues; TAMAYO, Alberto Léon Gutiérrez. Direito à água e ao lugar em Medellín, Colômbia. Universalização do saneamento em assentamentos precários urbanos. **Cadernos Metrópole,** [S.L.], v. 22, n. 48, p. 479-498, maio 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4807. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cm/a/zJ4vMCktVKMP9VKYjxsFJ3M/abstract/?lang=pt

ITIKAWA, L. F.. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 1, p. 57–76, jan. 2016.

JARDIM, F. A. A.; CÔRTES, M.. Devoção antropológica e retorno ao mundo: três modos de atenção à vida em Textures of Ordinary. **Mana**, v. 29, n. 2, p. e2023026, 2023.

KLEIMAN, Mauro. A IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ÁGUA E ESGOTO EM FAVELAS DO RIO DE JANEIRO-BRASIL, E A PROBLEMÁTICA DA ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO. In: VII CONGRESO IBÉRICO SOBRE GESTIÓN Y PLANIFICACIÓN DEL AGUA, 7., 2011, **Tavalera de La Reina. Anais** [...] . Tavalera de La Reina: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de JaneiroIppur/Ufrj, 2011. p. 1-7. Disponível em: https://silo.tips/download/a-implantaao-de-redes-deagua-e-esgoto-em-favelas-do-rio-de-janeiro-brasil-e-a-p

LARKIN, Brian. Políticas e Poéticas da Infraestrutura. **Revista Anthropológicas,** no. 31, 2, 2020.

LEFÉBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** 5. ed. Porto Alegre: Centauro, 2009. 146 p.

Magrineli dos REIS, A. . Entre a lei a realidade: o Brasil e o direito humano de acesso à água. In: XIV Congresso Mundial da Água da IWRA - International Water Resources Association, 2011, Porto de Galinhas. Anais do XIV Congresso Mundial da Água da IWRA, 2011. v. único.

MATOS, Jennifer Conceição C. Teixeira de. ***Proposição de método para definição de cotas per capita mínimas de água para consumo humano*** . 2024. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) – Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Civil

MATOS, F.; DA SILVA, F. R.; CKAGNAZAROF, I. B.; CARRIERI, A. de P. AS MULHERES DAS ÁGUAS: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NO BRASIL. **REVISTA DELOS,** [S. l.], v. 13, n. 37, 2022. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/680. Acesso em: 11 jan. 2025.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte e ensaios: revista do PPGAV/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MIGUEL, J.C.H. ; FIGUEIREDO, F. S. . Antropologia das Infraestruturas. **Enciclopédia de Antropologia USP** , v. 1, p. 1, 2021.

MUSSOI, M. R. ; ANJOS, M. C. R. ; COSTA, I. B. . 'Mulheres são como água, quando se juntam nada segura': A coletividade que promove a SSAN. **Cadernos de Agroecologia** , v. 16, p. 1, 2021.

MONTEIRO-MACEDO, Giovanna. Vida em função da água: mulheres e as águas urbanas sob ocupação.. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA,** 2024.

MORAES, Any Carmen de Ávila. **Da Horta Comunitária à Periferia Feminista: auto-organização e luta por dignidade das mulheres no Morro da Cruz.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Cieências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. p. 51. 2024

PARREIRAS, Carolina. Tessiuras, exuras, reliças e ramas: o cotidiano, o ordinário e a tarefa da antropologia. ***Ciência & Antropologia***, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 1101–1106, set.–dez. 2021.

PAULA, CAMILA GALAN DE. As coisas da água, suas temporalidades e suas políticas: histórias mostradas e narradas em Coronel José Dias, Piauí. In: XIV RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul, 2023, Niterói. **Anais da XIV RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul**. Niterói, 2023.

PIEROBON, C.; FERNANDES, C.. Cuidar do outro, cuidar da água: gênero e raça na produção da cidade. **Estudos Avançados**, v. 37, n. 107, p. 25–44, jan. 2023.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: diagnóstico e prognóstico. Porto Alegre: PMPA, 2013a. v. 1.

_____. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: planejamento. Porto Alegre: PMPA, 2013b. v. 2.

_____. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Plano Municipal de Saneamento Básico: diagnóstico. Porto Alegre: DMAE; DEP, 2015a. v. 1.

_____. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Plano Municipal de Saneamento Básico: prognóstico, objetivos e metas. Porto Alegre: DMAE; DEP, 2015b. v. 2.

RODRIGUES, Mariana Nogueira. Infraestruturas e produção da vida urbana: a gestão da água em uma comunidade de São Gonçalo-RJ. 46º Encontro Anual da Anpocs. **Anais do 46º Encontro Anual da Anpocs**. Universidade de Campinas.Campinas. p.21. 2022

ROSA, Alexsandra M. R. et al. A Desigualdade de gênero e a efetivação do direito humano de acesso à água para as mulheres. **REPATS**, Brasília, v.6, n. 1, p. 92-114, Jan-Jun, 2019.

SANTOS, Ana Maria Smith; LIMA, Elizandra Gomes de. **Cidadania Alcançada pela torneira ou pelo poço? relatos de mulheres marajoaras e suas dificuldades para acessar a água em Breves-PA**. V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNEROS- GEPEM, 2019

SILVA, Dinar Souza da; CABRAL, Romilson Marques. Reflexos do acesso e consumo de água potável no cotidiano de mulheres em situação de pobreza: um estudo em comunidades urbanas do município de Jaboatão dos Guararapes/PE. **Oikos:** Família e Sociedade em Debate, v. 30, n. 1, p. 49-67, 2019.

SUL 21. **Alto da Colina: moradores relatam ação violenta de 60 policiais para despejar 6 pessoas - Sul 21**. Disponível em:<https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2017/06/alto-da-colina-moradores-relatam-acao-violenta-de-60-policiais-para-despejar-6-moradores/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

VEDANA, VIVIANE; DEVOS, Rafael Victorino ; Anjos, Priscila Oliveira ; Vieira, Gabriel Luz Siqueira de Aquino ; Ferraz, Luana . Fricções, escalabilidade e não-escalabilidade em sistemas de abastecimento de água na Ilha de Santa Catarina. In: XIV Reunião de Antropologia do Mercosul, 2023, Niteroi. XIV **Reunião de Antropologia do Mercosul : reconexões e desafios a partir do sul global [livro eletrônico] : anais eletrônicos.** São Paulo: Síntese Eventos, 2023. v. 1. p. 1-27.

ZMITROWICZ, Witold e ANGELIS NETO, Generoso de. **Infra-estrutura urbana**. . São Paulo: EPUSP. Disponível em: ht tps://repositorio.usp.br/directbitstream/1276e3c7-b7b4-4bca-83e4-82b7075ebe10/Zmitrowicz-1997-infra_estrutura.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025. , 1997